

Lucas Berlanza
(Organizador)

guia rápido

— PARA O —

**PENSAMENTO
LIVRE**

Guia Rápido para o Pensamento Livre

Instituto Liberal

1ª edição brasileira 2016 - Direitos autorais para Instituto Liberal.

Todos os direitos reservados.

Título

Guia Rápido para o Pensamento Livre

Autores

Bernardo Santoro

Rodrigo Constantino

João César de Melo

Lucas Berlanza

João Luiz Mauad

Alexandre Borges

Jefferson Viana

Mario Guerreiro

Ivo Paulo S. Lima Jr.

Thiago Kistenmacher

Ficha Técnica

Organização e Revisão:

Lucas Berlanza

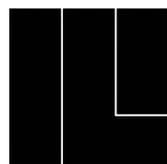
Fernando Fernandes

Projeto gráfico e diagramação:

Agência Croove Design - Diego Reis

Lucas Berlanza
(Organizador)

guia rápido
PARA O
PENSAMENTO
LIVRE



INSTITUTO
Liberal

Sumário

P	PREFÁCIO	6
1	DESMONTANDO ÍCONES DA ESQUERDA	10
	A “mulher sapiens” da Dilma e sua relação com o feminismo e o politicamente correto	11
	Jandira Feghali e o nojo de pobre	13
	Cristóvam Buarque e o Escola Sem Partido: ignorância ou cinismo?	16
	A opinião de um ator: de Kevin Spacey para Wagner Moura	20
	Chico por qué no te callas?	23
	Gregório Duvivier: o personagem de si mesmo	26
	Imoral, mentiroso, inescrupuloso: o infame Lula da Silva	29
2	IMPORTANTES SUGESTÕES DE LEITURA	34
	Um país chamado favela	35
	Carlos Marighella e o Manual do Terror contra a liberdade	44
	O que é o Liberalismo: o ativismo pioneiro de Donald Stewart Jr.	48
	“A Arte de Governar”: o pensamento de Margaret Thatcher	51
	A verdadeira miséria	59

3	NOÇÕES BÁSICAS SOBRE ECONOMIA	64
	Cuba antes e depois de 1959	65
	Liberalismo na África	69
	Mulheres não recebem 21 % a menos	72
	Como os impostos prejudicam os pobres	74
	Resposta a um leitor. Ou: por que o capitalismo liberal é o melhor modelo	77
	Por favor, parem de repetir que aumento de imposto é aumento na arrecadação	82
	Boa notícia: pobreza extrema no mundo já é inferior a 10 % da população.	84
	Como a escola austríaca protege a sociedade da ganância?	86
	SOBRE OS AUTORES	91
	SOBRE A EQUIPE	92

PREFÁCIO

"Ideias, e somente ideias, podem iluminar a escuridão". Essa era a opinião de Ludwig von Mises, um dos maiores liberais de todos os tempos, e é o que norteia as ações e a própria existência do Instituto Liberal (IL). Ideias têm consequências, muitas vezes drásticas, algumas outras alvissareiras. Elas podem fazer a diferença entre uma sociedade livre e próspera e outra escrava e miserável. É por isso que nos comprometemos tanto com a divulgação das boas ideias.

E o IL tem feito bem sua parte. Como o instituto com viés liberal mais antigo do país, fundado na década de 1980, o IL tem sido peça fundamental no renascimento e no avanço do movimento liberal que tem ocorrido no Brasil. Claro que a fadiga da esquerda no poder, após mais de uma década de estragos causados por ideias equivocadas, ajudou muito no interesse por uma visão alternativa de mundo. Mas, não estivesse o IL preparado, resistindo ao coletivismo e lutando de forma incansável pela liberdade individual, talvez esse vácuo deixado pelo desgaste da esquerda fosse ocupado por algo diferente, antiliberal.

Para parafrasear um líder populista, “nunca antes na história deste país” houve tanta oportunidade para as ideias liberais. O povo está cansado de políticos que prometem, prometem, e não entregam nada – ou, por outra: entregam algo diametralmente oposto ao que prometeram. A população está saturada de intervencionismo, da burocracia asfixiante e dos impostos escorchantes. A inflação causada pelo “desenvolvimentismo” corrói o salário dos trabalhadores, daqueles que ainda conseguiram preservar seus empregos. O próprio desemprego assola a nação. E tudo isso foi obra do esquerdismo.

Nós, do IL, estávamos lá, desde o começo apontando os erros, mostrando os equívocos e oferecendo soluções. Foi um trabalho hercúleo de poucos indivíduos cientes de seu dever cívico e apaixonados pela liberdade, com poucos recursos, mas tentando fazer a diferença. Esses colaboradores representam os honrosos soldados que se expõem voluntariamente na frente de batalha pelos demais. Nossos mantenedores foram heróis nessa guerra também, acreditando em nosso trabalho e apostando nos bons resultados. Pois, eles estão aí, podem ser observados por todos.

Há um crescente movimento liberal que ganha força no país, especialmente nas alas mais jovens. Camisas de Mises, frases de Milton Friedman e livros de Ayn Rand ficam cada vez mais populares nas universidades, ao contrário das camisetas de Che Guevara. Ser de esquerda está deixando de ser popular ou algo de vanguarda, para se tornar apenas ultrapassado, meio patético até. O monopólio das virtudes imposto pela esquerda está em xeque, se esvanecendo. Os liberais conquistam espaços novos.

Claro que a guerra está muito longe de ser vencida. Ao contrário: são infinitos os obstáculos ainda. A cultura nacional não é favorável aos valores liberais, o empreendedor ainda é visto por muitos como um explorador, o lucro como pecado e o estado como salvação. Mas, aos poucos, isso tem mudado. Indivíduos podem fazer grande diferença, como atestam experiências de outros países.

Munidos da artilharia certa, preparados e com embasamento teórico, novas lideranças surgem para desafiar o status quo estatizante e pregar a mensagem liberal. São os ventos de mudança que sopram uma lufada de ar fresco após tanto tempo de hegemonia absoluta da esquerda.

Desmistificar os ídolos da esquerda, expor sua hipocrisia e suas incoerências, é parte fundamental dessa luta. Assim como apresentar aos leitores os fundamentos do liberalismo, seu arcabouço teórico, seus principais pilares e suas conquistas históricas. É imbuído dessa meta que o IL tem trabalhado duro, divulgando ideias, pensadores e inúmeras resenhas de livros importantes a esse debate, porém muitas vezes ausentes no Brasil. As redes sociais ajudam como instrumento poderoso e barato para que a mensagem alcance mais e mais pessoas. Já contamos, hoje, com mais de 50 mil seguidores e esse número vem aumentando rapidamente. Pensem no que seria possível fazer com mais recursos!

Há muito que ser feito ainda, não resta dúvida. Estamos apenas começando a fazer barulho, a influenciar o destino da nossa sociedade e tentando reverter o caminho da servidão atual. Olhamos com satisfação e esperança para a quantidade de institutos que nasceram nos últimos anos pelo Brasil todo, também pregando os valores liberais. Celebramos o interesse cada vez maior dos jovens pelos pensadores que marcam a trajetória das ideias liberais. E encaramos a grande distância que o país ainda precisa percorrer rumo à liberdade como um incentivo para trabalharmos ainda mais.

Somos gratos, acima de tudo, a você, estimado leitor, que tem confiado no IL como fonte de informação e opinião, que tem utilizado nossos artigos para absorver conceitos importantes, que nos ajudado a divulgar as boas ideias e feito críticas quando julgamos necessário. Esse e-book foi feito em sua homenagem, para que alguns dos principais textos publicados em nosso canal ficassem disponíveis e acessíveis em formato amigável para eventuais pesquisas.

Pedimos que compartilhe o material com todos os amigos, especial-

mente aqueles que ainda não se convenceram das vantagens do liberalismo, pois somente assim teremos chance de viver num país mais livre e próspero. O Brasil já tentou de tudo, quase todos os “ismos”, como o patrimonialismo, o fisiologismo, o intervencionismo, o desenvolvimentismo, o populismo, o socialismo e o “capitalismo de estado”. Só não demos ainda uma chance ao liberalismo. Está na hora!

Rodrigo Constantino

(Presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Liberal)



DESMONTANDO ÍCONES DA ESQUERDA

A política e as ideias são o centro da discussão que temos tentado provocar na sociedade, mas tudo isso é mobilizado por pessoas. São, afinal, os indivíduos que fazem a diferença, para o bem ou para o mal, e os colunistas do IL, conscientes disso, não se furtaram a dar nome aos bois e apontar os absurdos que alguns dos figurões do esquerdismo nacional andaram vociferando em 2015. No primeiro artigo desta coleção, o autor analisa a relação entre as bobagens ditas por Dilma em seus discursos e o politicamente correto. No segundo artigo o autor desnuda a hipocrisia da deputada Jandira Feghali, do maoísta PCdoB. Como nem todos esses personagens pitorescos são tão evidentes em suas ideias repulsivas, o terceiro texto desdobra as críticas do senador Cristóvam Buarque, ex-candidato à presidência, ao projeto Escola Sem Partido, mostrando que o político famoso por sua militância pela educação dá pouco valor a uma das iniciativas mais urgentes nesse campo. Em um país em que a opinião dos artistas é considerada quase sagrada, as visões tortas do ator Wagner Moura, conhecido campeão do socialismo tupiniquim, são confrontadas no terceiro artigo com uma emblemática citação do americano Kevin Spacey. Em seguida, apresentamos uma desconstrução de um dos ídolos da esquerda Chico Buarque. O humorista Gregório Duvivier, não se sabe o porquê, eleito sábio do ano por muitos dos nossos distintos progressistas, é a vítima justa do sexto artigo. Resta o texto final que alvejaram duas figuras máximas da nossa infeliz República no governo do PT: Luiz Inácio Lula da Silva. Os sete artigos são registros de um tempo em que a mediocridade imperou em todas as áreas, explicitando a necessidade de trabalharmos muito para que as personalidades de referência nacional, no futuro, sejam muito diferentes.

A “mulher sapiens” da Dilma e sua relação com o feminismo e o politicamente correto

*Bernardo Santoro**

A grande piada no Brasil no dia de hoje foi o incrível discurso da Dilma sobre como a bola é o símbolo da evolução do homo sapiens e... das mulheres sapiens (sic)!

Vendo o vídeo, conseguimos perceber claramente que a Presidente vacila ao falar a expressão “homo sapiens”, emendando então a ridícula expressão “mulheres sapiens” em certo grau de apreensão.

Como qualquer pessoa com um mínimo de estudo em biologia sabe, “homo” é uma expressão latina que designa o gênero biológico do ser humano. Gênero biológico é uma unidade de taxonomia utilizada na classificação científica e agrupamento de organismos vivos para agrupar um conjunto de espécies que partilham um conjunto muito alargado de características morfológicas e funcionais.

A espécie a que pertence o ser humano, dentro do gênero “homo”, é o “sapiens”, motivo pelo qual nossa espécie é conhecida como “homo sapiens”. Supõe-se que todas as espécies “homo”, à exceção da nossa, estão extintas, sendo a última o “homo neanderthalensis”, há cerca de 25 mil anos.

E por que a Presidente Dilma, de maneira tão impensada, soltou a cômica expressão “mulheres sapiens”? Vou trazer aqui uma teoria.

É comum o uso da palavra “gênero” para designar a diferença sexual, muito por conta da teoria gramatical. Nesse caso, é comum se falar em “gênero masculino” e “gênero feminino”, embora o ideal nesse caso fosse usar a expressão “sexo”, para não confundir com gênero como entidade taxonômica.

Resta evidente que, no caso em tela, a Presidente, ao usar a expres-

*Publicado originalmente no site do Instituto liberal em 24 de junho de 2015

são “homo sapiens”, tenha confundido a expressão “homo” como sendo gênero gramatical/sexo, e em pânico com a possibilidade de usar uma expressão “machista”, soltou a pérola da vez.

E para quem achar que estou exagerando, lembro que foi a própria Presidente que reforçou no Brasil a discussão sobre o uso da linguagem para promoção do feminismo, com a patética Lei n. 12.605/2012, que nos obriga a todos a chamá-la de “Presidenta”, o que não faço nunca a título de exercício de desobediência civil pacífica.

Para a teoria feminista, a linguagem é mais um modo de opressão de homens sobre mulheres, ao dar prevalência ao gênero gramatical masculino quando há um coletivo de pessoas, por exemplo, motivo pelo qual elas gostam de substituir a desinência de gênero pela letra “x”. Como exemplo, a palavra “meninos” deveria ser escrita “meninxs”. Elas acreditam ainda na ideologia de gênero, onde as pessoas escolhem a qual sexo pertencem, independentemente do seu genótipo.

O que é pior, cada vez mais, inclusive por esforço da Presidente, essa preocupação politicamente correta louca de não poder ofender minorias em nenhuma hipótese tem levado à uma paranoia coletiva, que se agrava em uma sociedade digitalizada onde qualquer coisa que se fala ou se escreve fica eternizada e viralizada para todos.

Nesse caso, a Presidente calculou, naquele microssegundo posterior ao ditado da frase “homo sapiens”, com a dúvida criada na sua cabeça, que era melhor ela falar a expressão “mulheres sapiens” e se sujeitar ao ridículo, do que a expressão “homo” se referir a homem como sexo, e ela ser vista como sexista. Foi uma escolha deliberada. Para um petista, é politicamente melhor ser visto como um imbecil do que como um “anti-feministx opressorx”.

E isso, no final, fala muito sobre o tipo de gente que governa o nosso país.

Jandira Feghali e o nojo de pobre

*João César de Melo**

Qual pequeno empresário dono, por exemplo, de um pequeno restaurante, tiraria do caixa 2,5 mil dólares para uma passagem na classe executiva sendo que poderia pagar 1/3 desse valor na classe econômica? Nenhum. Nenhum porque todo pequeno empresário sabe o valor do dinheiro, sabe os sacrifícios que precisa fazer para conseguir algum luxo; e viajar de classe executiva é um luxo acessível apenas aos maiores empresários, artistas ou políticos.

Afirmo, com toda certeza, que se a Deputada Federal Jandira Feghali, do PCdoB, vivesse apenas da renda de seu pequeno restaurante, ela não teria viajado na classe executiva de um voo internacional, conforme flagrado dias atrás. Se ela vivesse apenas de seu pequeno negócio, ela teria comprado a passagem mais barata, depois de muita pesquisa. É assim que faz um cidadão comum quando deseja fazer uma viagem. Mas Jandira Feghali não é uma cidadã comum. Ela é uma “nobre deputada”, no sentido trágico-literal da expressão. Jandira só voou de classe executiva porque a passagem foi paga pelo Estado, por meio dos privilégios que lhe concede por ser uma “representante do povo”. Todavia, o que deve nos chamar a atenção não é apenas a falta de pudor com o dinheiro dos outros, mas, também, a evidência de uma grande verdade: Líderes socialistas odeiam pobre, têm nojo de pobre.

Se o socialismo é o sistema de espoliação legal dos esforços privados, seus líderes são vagabundos que se utilizam desse sistema para terem acesso aos luxos que apenas os maiores empresários usufruem – e um dos maiores luxos que uma pessoa pode se dar é o de ser tratada de modo especial.

Os socialistas se anunciam como os porta-vozes da ética e da coerência, pessoas avessas aos luxos promovidos pelo sistema capitalista – por que, segundo os próprios, todo luxo se sustenta sobre a pobreza de alguém

*Publicado originalmente no site do Instituto liberal em 22 de maio de 2015.

– mas nos basta olhar o cotidiano de todo personagem da esquerda que ocupa uma cadeira no parlamento ou na direção de órgãos ou em empresas estatais para comprovarmos o contrário. Todos, assim que têm a oportunidade, chafurdam na lama capitalista. As caríssimas bolsas da presidente de república, os tratamentos médicos dos seus “companheiros” nos hospitais privados mais caros do país, a exigência de Lula de só viajar em avião executivo, o deputado que paga 450 reais num corte de cabelo, a turma toda que faz questão de se hospedar nos melhores hotéis e comer nos melhores restaurantes... Todos fazendo jus ao termo esquerda caviar criado por Rodrigo Constantino – e que ninguém se esqueça de que todos os atuais líderes socialistas, sem exceção, construíram carreira incitando o ódio contra aqueles que ostentam o luxo.

O que o luxo socialista representa é o esforço de cada um de seus agentes em manter uma vida privada distante do pobre, distante daqueles que os sustentam não apenas com impostos, mas com esperança.

Dilma prefere bolsas caras, de marcas estrangeiras, porque isso lhe diferencia de suas eleitoras. A guerrilheira também quer se sentir chique, fina, burguesíssima... Martha Suplicy Style! Lula exige aviões executivos porque não quer se submeter a filas de embarque ou aos banheiros dos aeroportos, nem sentar-se ao lado de um cidadão qualquer, principalmente nesses tempos em que até pobre voa de avião e xinga políticos de ladrão. Jandira pensou como Lula quando mandou reservar seu voo. Todos eles pensam como Lula. Todos tentam cotidianamente ter uma ascensão financeira semelhante à de Lula. Mesmo se o SUS oferecesse um serviço de melhor qualidade, nenhum líder socialista se submeteria a ele por uma simples razão: É lá onde estão os pobres! Mesmo os líderes que vieram das comunidades mais pobres, assim que conquistam um cargo no governo ou no parlamento mudam radicalmente de critérios não apenas em relação ao tratamento da saúde, mas também em relação ao conforto e ao paladar. Do churrasco no sindicato ao Fasano! De uma hora para outra, passam a amar tudo o que repudiavam: o caro e o exclusivo. Mudam também os critérios sobre renda. Os mesmos que em

seus tempos de rua davam faniquito por causa da baixa renda do cidadão assalariado, principalmente em relação aos rendimentos dos políticos, assim que assumem seus cargos passam a achar não apenas normal, mas também justo os rendimentos de parlamentares e de funcionários do alto escalão do governo, cujos salários somados a benefícios sempre estão na casa das dezenas de milhares de reais, vinte, trinta, quarenta, cinquenta vezes superiores ao salário mínimo estabelecido pelo governo.

Jandira Feghali, por ser uma representante do proletariado, poderia ter aberto seu restaurante mais próximo do povo, na baixada fluminense, gerando emprego numa comunidade pobre, oferecendo a esta seus INCRÍVEIS quibes recheados de boas intenções socialistas, mas preferiu um shopping em Copacabana, entre burgueses locais e turistas estrangeiros.

Qual cidadão comum, mesmo tendo um bom salário ou que seja dono de uma pequena empresa, se dá ao luxo de pagar 450 reais num corte de cabelo? Nenhum, mas um certo político socialista carioca não é um cidadão qualquer. Já foi. Ele até já tomou uma cerveja com o autor que assina esse texto! Mas sua vida mudou... Hoje, ele e seus companheiros estão financeira e legalmente acima da maioria dos brasileiros, precisam de privacidade, precisam de um atendimento à altura de suas “responsabilidades sociais”, não podem se submeter a ambientes infestados de pobres. Precisam de tranquilidade para terem novas ideias de como roubar a sociedade sem que sejam percebidos como ladrões.

Empresários e políticos utilizam-se das massas para usufruírem do luxo, mas há uma grande diferença entre os dois grupos: o primeiro assume sua condição de vendedor ou de prestador de serviço visando o lucro, enquanto o segundo insiste em se dizer um herói altruísta que trabalha em função dos mais pobres, nunca em benefício próprio. Não por acaso, são esses pseudo-altruístas que dizem desejar um Brasil com o mesmo padrão de vida da Suécia, aquele país onde um deputado ganha apenas 50% a mais do que ganha um professor da rede pública. Será mesmo

que os socialistas desejam que o Brasil se torne uma Suécia tropical? Os socialistas brasileiros poderiam comprovar o altruísmo ao qual se atribuem distribuindo seus próprios salários entre todos aqueles que lhes servem, nivelando seus rendimentos aos deles; e preferir, sempre, frequentar os mesmos ambientes frequentados pela classe trabalhadora, alimentando-se das mesmas gororobas, hospedando-se em hotéis baratos ou na casa de seus eleitores, usando roupas e relógios comprados em lojas populares.

A verdade: perseguir o luxo, desejar ambientes e tratamentos exclusivos é um direito de cada indivíduo, mas esse direito se torna uma grande hipocrisia quando não é assumida sua intenção e um crime quando é feito à custa do dinheiro dos outros.

Cristovam Buarque e o Escola Sem Partido: ignorância ou cinismo?

*Lucas Berlanza**

A presença invasiva e criminoso da doutrinação ideológica desavergonhada nas escolas e universidades é, dentre todos os graves problemas que assolam a sociedade brasileira, daqueles que mais nos tocam diretamente. Observamos, desde a atuação individual de “professores” – se tal identificação merecerem – até o próprio programa estabelecido pelos órgãos governamentais vinculados ao setor e os materiais “didáticos” utilizados, o sagrado exercício do ensino ser instrumentalizado por militâncias cuja única intenção é lobotomizar consciências em formação para a esquerda. Diante de tal absurdo, iniciativas como a do Escola Sem Partido, antes um movimento informal e independente coordenado pelo advogado Miguel Nagib, agora tendo sua principal reivindicação estabelecida em Projeto de Lei do deputado tucano Izalci (o PL 867/2015), são muito bem-vindas para todos aqueles desejosos de que o Brasil tenha um sistema educacional verdadeiro,

preocupado em formar indivíduos preparados para – sim, ainda que protestem os “iluminados” do “ensino crítico e contestador” – o mercado de trabalho. Surpreendentemente ou não, não foi assim que o conhecido senador Cristovam Buarque (PDT) se manifestou a respeito. Confesso que já tive simpatias injustificadas pelo senador, em uma época em que, sem maiores informações sobre o quadro ideológico-partidário brasileiro e sobre a trajetória pregressa do político pernambucano – porque jamais fui esquerdista –, ainda me permiti impressionar positivamente por aparências e pela repetição de slogans que, quase sempre, se provam sem alicerces reais. Ter uma longa carreira em cujo currículo constava ser um dos fundadores do PT e ter integrado os quadros ministeriais do governo Lula já deveria depor contra o senador Buarque. No entanto, sua postura e trejeitos “mansos”, extravasando uma candura que, se verdadeira for, pouco diz sobre o valor de seus princípios e competências, o senador “bonzinho” que fala o tempo inteiro em “educação” como sua grande prioridade conseguiu mesmo, e ainda consegue, provocar encantamento em muita gente desavisada. Pois esta semana ele se manifestou contrário ao Projeto de Lei da Escola Sem Partido. Os argumentos? Em seu perfil na rede social Facebook – não por acaso duramente bombardeado pelos cidadãos de bem que não podem aprovar sua posição –, o senador alegou que o projeto “Escola sem Política” – atenção para a mudança no termo; volto já a ela – era uma afronta às liberdades do educador, e geraria um sistema de animosidade e censura dentro dos colégios, transformando alunos em acusadores. Suas palavras desenham uma atmosfera aterradora de terrorismo que beira à ditadura, numa interpretação tragicômica do projeto. Cristovam consegue fazer uma comparação inacreditável com a ideia de proibir líderes religiosos de falarem sobre política em seus templos ou instituições de culto. Em primeiro lugar, cumpre destacar o que o “Escola Sem Partido” engloba em sua sustentação da “neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado” e a importância do “pluralismo de ideias no ambiente acadêmico”. O projeto defende que, entre as obrigações dos professores, devem constar: a de não se aproveitarem “da audiência cativa dos alunos,

com o objetivo de cooptá-los para esta ou aquela corrente política, ideológica ou partidária”; não favorecerem nem prejudicarem os alunos “em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou a falta delas”; não fazerem propaganda político-partidária ou incitarem alunos a participar de manifestações, atos públicos ou passeatas; apresentarem aos alunos, “de forma justa, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito” de uma questão POLÍTICA (destaque proposital), sociocultural ou econômica, e demonstrarem respeito ao direito dos pais de que seus filhos recebam “a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções” – o que consta da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, vigente no Brasil, em seu artigo 12. O projeto não infirma, em momento algum, a laicidade do Estado ou qualquer outro elemento fundamental de nossa Constituição. Onde está o absurdo? Não é conhecido de todos que tenham saído há pouco dos colégios e universidades, ou que tenham seus filhos matriculados, o constrangimento insuportável a que muitos alunos se veem submetidos, impedidos de sustentar suas posições em um ambiente hostil em que o professor, superior hierárquico – que não nos entendam mal, nada contra hierarquias –, dita as regras e impõe um pensamento único e coletivista? Não é evidente o absurdo de a educação ser violentada pela submissão a um padrão monolítico e único de pensamento, vitimando infantes indefesos, que não tem instrumentação lógico-cognitiva para resistir? Não é um problema sério a existência de ideólogos criminosos que ocupam o tempo em que deveriam lecionar o conteúdo de suas disciplinas com sessões de pregação fanática, exortando à subversão e à revolução social? Tamanho estrago “paulofreirista” precisa ser combatido com urgência se quisermos atingir índices saudáveis e razoáveis de resultados nesse campo tão essencial. Começa por aí a solução de nossos desempenhos pífios, muito mais do que pelo montante de verbas públicas que se deseja direcionar para as instituições públicas de ensino – cujo aumento é demandado histrionicamente pelos mesmos meliantes de que ora falamos, responsáveis diretos pelos nossos insucessos.

Comparar essa situação com a de lideranças em templos religiosos, a que se vai por livre vontade, por opção inteiramente própria, é um argumento tão estúpido, que nos vemos obrigados a lançar ao senador Cristovam Buarque a seguinte questão: o que motiva sua postura? Será a ignorância mais aterradora ou o puro cinismo mau caráter? A adulteração do próprio vocábulo “partido” por “política”, infelizmente, parece apontar para a segunda opção. Não é possível que o senador Buarque não perceba a diferença. O texto do projeto de lei é objetivo ao considerar circunstâncias em que questões políticas e sociais sejam comentadas em sala de aula. Ora, evidentemente é impossível abordar eventos históricos, por exemplo, sem mencionar aspectos políticos – o que implicará, então, apresentar, o máximo possível, as diferentes versões teóricas de explicação dos fatores e agentes envolvidos.

Senador Cristovam, não se quer impedir que essas questões sejam manifestadas oportunamente no espaço educativo. O que se quer, senador, é que a pluralidade e a liberdade sejam respeitadas. Liberdade que o senhor, esquerdista, deseja ensinar a liberais e conservadores, como que a ensinar o padre a rezar a missa. Em nome da “liberdade dos professores”, o senador parece nos querer fazer entender que eles não podem ser submetidos a nenhum tipo de controle de qualidade, a nenhum tipo de vigilância. Genial! Eles são profissionais, de quem se costuma exigir resultados efetivos, imbuídos da responsabilidade ímpar de dividir longos momentos com nossas crianças e jovens e fazê-los apropriarem-se de conceitos e informações úteis para sua futura inserção na sociedade civil de mercado. Mas não, não é preciso vigiá-los! Não é preciso observar se estão cumprindo a lei, se estão sendo fiéis aos necessários princípios de tolerância à diversidade!

Não estamos surpresos, mas o senador Cristovam Buarque poderia não ter descido tão baixo em sua demonstração de rejeição ao que de mais urgente há por resolver na “pátria educadora” da “sonhática” Dilma Rousseff. Miguel Nagib, oportunamente, o desafiou para um debate. Honestamente, diante de tal nível de argumentação, parecem nulas as

chances de o “senador da educação” apresentar performances superior – e parecem pequenas, portanto, as chances de aceitar o repto.

A opinião de um ator: de Kevin Spacey para Wagner Moura

*Lucas Berlanza**

O hollywoodiano Kevin Spacey, ao dizer que a opinião de um ator sobre política é absolutamente irrelevante, foi mordaz e cutucou, ainda que essa possa não ter sido sua exata intenção, um problema importante. No Brasil, esse ataque seria ainda mais doloroso, escandalizando os ânimos de muitas figuras que se consideram notáveis intérpretes do Estado e da economia brasileira porque fazem sucesso nas artes cênicas, como se uma coisa estivesse ligada à outra. Em verdade, a problemática se torna maior, com músicos sendo considerados “intelectuais” porque fizeram canções de protesto (contra governos que não estão no poder há tempos), e continuam sendo paparicados pelos vultosos recursos públicos via Lei Rouanet. Spacey expressou, no entanto, uma meia verdade. Natural que assim seja; poucas vezes uma única frase solta, sobretudo quando dita em tom de desabafo, tem o condão de sintetizar algo perfeitamente. Trata-se de uma meia verdade porque, abstração feita da qualidade de ator, alguém pode ter uma percepção interessante da realidade social, como pode ter a respeito de qualquer outro assunto. Discutir a importância de uma opinião não é tarefa simples, e a conclusão estará repleta de subjetividades. A ela, bom dizer, todos têm direito, inclusive o de expressá-la. Meia verdade, também, porque o impacto que uma figura pública – e um ator normalmente se enquadra nessa categoria – consegue ao proferir e disseminar distorções indefensáveis é coisa muito séria e, por isso mesmo, nada irrelevante. Uma opinião estúpida não é e não pode ser considerada, por isso apenas, um crime; é inegociável o direito de externá-la. No entanto, é imperioso que as vozes sensatas não percam a oportunidade

de denunciá-la como sendo o que é, cientes da existência dos militantes e dos “pseudo-intelectuais” vendidos que de pronto a divulgarão como propaganda de seus ideais autoritários e intolerantes.

O ator global Wagner Moura, campeão de socialismo entre as estrelas da televisão e do cinema nacionais, em entrevista ao Jornal O Globo, em fevereiro de 2014, soltou uma dessas pérolas imperdoáveis que não podemos deixar de tornar desnudas em sua imbecilidade abjeta. Não satisfeito, resolveu republicar exatamente esse trecho infeliz em seu perfil na rede social Facebook, como um “presente” indigesto de fim de ano, em 27 de dezembro passado. Disse ele:

“É uma pena que muitos comediantes, e não só comediantes, mas muitos artistas jovens brasileiros sejam de direita. Sejam garotos fascistas. Eles fazem um trabalho que a gente ensina nossos filhos a não fazer. Apontam para os outros e dizem: “hahaha, você é preto, você é viado, você é aleijado”. Eu sou politicamente correto. O politicamente correto é uma ferramenta civilizatória que inventamos para que uma criança negra não veja um negro sendo humilhado na TV. Mas todo garotão que é artista gosta de dizer que o maneiro é ser politicamente incorreto. Isso não é engraçado, não é humor.” (MOURA, WAGNER)

Vamos examinar o terrível problema. O judicioso cientista social Wagner Moura acredita que os valores e bons princípios, reduzidos sistematicamente a nada por teóricos de esquerda como Trotsky, vêm sendo prejudicados no Brasil, isto sim, pelo surgimento de uma “direita” que, ocupando um grande espaço nas artes, vem “doutrinando” os jovens para o descaminho. Gostaria de saber em que país – ou antes, em que PLANETA ele vive. Brasil, América do Sul, Terra, certamente não é. De memória, me recordo, por exemplo, do cantor Lobão, que vem defendendo ideias mais à direita e tem participado de manifestações públicas contra o governo, e o humorista e apresentador de TV Danilo Gentili, que vem dando louvável espaço a figuras que contrastam com o

mainstream de esquerda. Talvez haja mais; talvez haja aqueles que nada falam, embora pensem assim, por receio de prejuízos na carreira. De qualquer forma, o que desponta são notórias EXCEÇÕES. Já paranoicos como Wagner Moura, que enxergam um monstruoso “direitismo” tomando de assalto o poder no Brasil do PT, esses existem aos montes.

Seduzidos pelo “politicamente correto”, que Moura desfralda como ferramenta civilizatória, esses os há mais ainda. Na “ditadura do mimimi”, as insistências panfletárias das esquerdas vão tornando a mera verbalização da verdade um crime imperdoável, exigindo-se que ela seja mascarada por uma série de camadas de etiquetas, adornos e esquisitices. Em ponto extremo, já chegamos a ter pessoas deixando de grafar palavras masculinas que, pela convenção da língua, designam os dois gêneros sexuais, substituindo letras e adulterando idiomas, supostamente para não ferir suscetibilidades. Com base nessa busca por privilégios, que abarca a reivindicação irracional por cotas em cada vez mais setores, a cultura da liberdade vai sendo desprestigiada, e a consagração pelo mérito, sendo desestimulada. Quem se cansa disso, por ter bom senso, é um “fascista”, que aprecia debochar dos outros por serem negros, homossexuais ou deficientes físicos, de acordo com Moura. São “a direita”. Irônico que Wagner Moura tenha lembrado essa excrescência na mesma semana em que o ditador da Coreia do Norte taxou o presidente dos EUA, Barack Obama, de “macaco”. Kim Jong-un, por certo, é de “direita”, assim como Stálin, Mao, Pol Pot...

A “direita”, ou as tradições liberais e conservadoras, constituem correntes políticas admissíveis e importantíssimas em qualquer regime democrático, com livre circulação de ideias. Assim deve ser. No entanto, o aparecimento de “direitistas”, para o senhor Wagner Moura, é um escândalo. O horror que os nossos esquerdistas sentem pelo diferente e pelo contraditório é prova cabal de como não têm a mínima legitimidade para se proclamarem os defensores únicos e impecáveis da tolerância e da pluralidade.

Possivelmente, Wagner Moura se considera uma voz de contestação muito necessária. Não é; assim como o partido nanico e barulhento cujos candidatos ele tem o hábito de apoiar, o brasileiro se situa na “pseudo-oposição” que colabora para “criminalizar” moralmente a verdadeira. Marionete fanfarrona de um jogo em que não dá as cartas, ele, em que pese sua competência como ator – que eu reconheço, está, sem nenhuma dúvida, entre os que com mais afinco procuram dar razão ao seu colega de ofício americano.

CHICO, POR QUÊ NO TE CALLAS?

*Rodrigo Constantino **

Ai ai, lá vamos nós. O ex-assaltante de carros estava um tanto sumido, mas resolveu voltar à cena. Primeiro colocando uma camisa contra a redução da maioria penal no dia seguinte em que um marginal assassino “di menor” bancou o Jack estripador e resolveu expor as vísceras de um médico ciclista em plena Lagoa. Agora, dando uma entrevista ao El País para repetir que o PT fez muito pelos pobres e que é por essa razão que querem destruí-lo. O arsenal de bobagens é infindável. Falo do “queridinho” Chico Buarque, é claro.

Chico afirmou que opositores ao governo querem “acabar” com o Partido dos Trabalhadores e desgastar Dilma para evitar a volta de Lula ao poder em 2018. “O alvo não é Dilma, mas o Lula; têm medo que ele volte a se candidatar”, declarou. Em entrevista ao repórter Antonio Jiménez Barca, Chico disse que, embora não seja filiado, não tem “qualquer problema” em “tomar partido”. “Sempre apoiei o PT, agora a Dilma Rousseff e antes o Lula”, disse. O compositor participou de gravações do horário eleitoral de Dilma e Lula.

Sim, ele nunca teve problema em “tomar partido”, e sempre tomou o partido errado! O rico compositor, que mora numa cobertura do Le-

blon, nunca teve problema em apoiar, de longe, o regime ditatorial cubano, o mais assassino do continente, que ceifou a vida de dezenas de milhares de inocentes e colocou os demais milhões de cubanos numa situação de penúria e escravidão. Chico toma partido mesmo, quando é para defender a escória humana!

Segundo ele, o PT não resolveu os problemas do país, mas atenuou os problemas sociais. “Apesar de não ser membro do partido, de ter minhas desavenças e de votar em outros candidatos e outros partidos em eleições locais. Mas sempre soube que o problema deste país é a miséria, a desigualdade. O PT não resolveu tudo, mas conseguiu atenuar. Isso é inegável. O PT tem melhorado as condições de vida da população mais pobre”, disse.

Tem melhorado mesmo? Não, Chico, não tem! Melhorou as condições de vida dos sócios da JBS, por exemplo, ou de Marcelo Odebrecht. Mas pobre, caso o compositor não saiba (e não deve saber mesmo, pois vive numa bolha de ricos), sofre mais do que ninguém com inflação. É o imposto mais perverso que existe. E caso o compositor também não saiba, talvez por passar tempo demais nos cafés de Paris ou jogando pelada em seu campo particular no Recreio, a inflação no Brasil está acima de 8%.

O que o PT fez chama-se populismo. Como Chávez fez na Venezuela e Kirchner na Argentina. Não melhora as condições de vida dos mais pobres coisa alguma, ao menos não no médio prazo. Distribui benesses estatais, possíveis ou pela alta das commodities ou pelas reformas mais liberais do governo anterior, e depois cobra em troca o voto. Antigamente era chamado pelo próprio Lula de “voto de cabresto”. Isso não melhora coisa alguma a “desigualdade”, que nem deveria ser o foco em si, pois riqueza não é jogo de soma zero (se Chico discorda, por que não distribui a sua própria fortuna para tornar o mundo menos desigual?).

Esse populismo petista criou uma ilusão de prosperidade, mas ela era, como vemos agora e os liberais apontavam antes, insustentável. Foi algo passageiro, um sonho de verão. Quando a maré baixou, ficou claro que

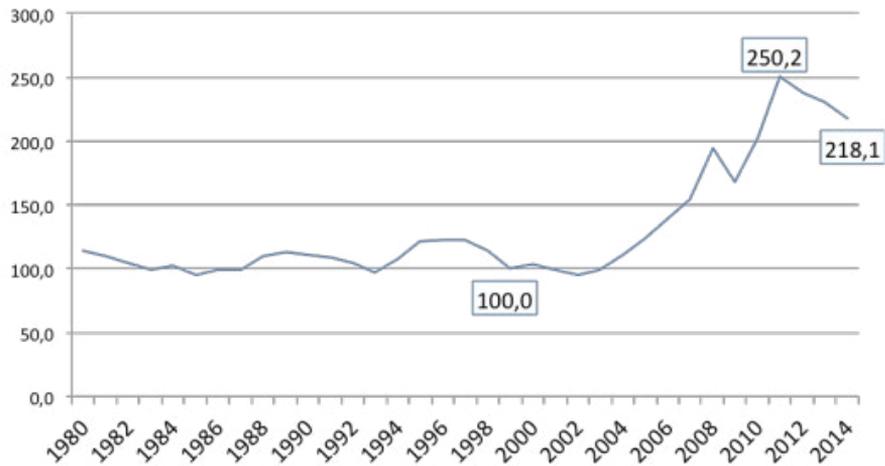
o Brasil nadava nu. Teremos uma queda do PIB perto de 2% este ano, mesmo com uma inflação acima de 8%. Isso não é “intriga da oposição” ou uma conspiração das “elites” para impedir a volta do Lula, Chico. Isso é uma desgraça causada pelo governo do PT e seu “desenvolvimentismo” irresponsável e populista.

Até mesmo economistas ligados aos tucanos e, portanto, mais afeitos aos programas sociais como o Bolsa Família (nada mais do que a união de programas anteriores de FH), condenam o que o PT fez na economia por ter estragado os “acertos” na política social. É o caso de Mansueto Almeida, que escreveu em seu blog hoje um texto criticando a fala de Chico, e mostrando como o salto nas exportações, sem nenhum mérito do PT, é que explica a bonança passageira:

No mais, as principais políticas sociais antecedem o governo do PT, mas é claro que o PT expandiu o Bolsa Família, mas também o Bolsa Empresário e criou um desequilíbrio fiscal enorme. O problema das críticas ao PT, pelo menos no meu caso, tem a ver não com a política social, mas sim com a política econômica. E não teremos condições externas tão favoráveis como aquelas que, no governo Lula, se traduziram em um crescimento do preço de nossas exportações de mais de 150% em relação à 1999, segundo a FUNCEX.

Ou seja, no período Lula, foi possível mais do que duplicar as exportações do Brasil apenas pelo efeito de aumento expressivo dos preços de nossas exportações. Nenhum governo ganhará novamente esse maná dos Deuses e, sem um conjunto de reformas microeconômicas, teremos mais de uma década de crescimento medíocre. Assim, o único medo do Lula é ele achar que tudo que aconteceu de 2003 a 2010 decorreu da política do seu governo, com muitos gostam, de forma equivocada, repetir.

Índice de preço das exportações do Brasil (1980-2014) – 1999=100



Fonte: FUNCEX

Como podemos ver, o PT ganhou um bilhete de loteria, usou a grana para comprar votos e se manter no poder, e não fez o dever de casa. Ao contrário: fez um monte de trapalhada e, por isso, destruiu esse maná que veio dos céus (ou mais especificamente da China).

Para Chico, a atual situação do país é “muito confusa” e o governo não tem como escapar de tomar medidas impopulares devido à crise econômica. O momento, avalia, também é de dúvida sobre o futuro do Brasil. “Não há nenhuma maneira de saber o que vai acontecer nos próximos anos.”

Mas uma coisa sabemos com mais convicção, quiçá certeza: que Chico e a esquerda caviar que ele tão bem representa continuarão mentindo, repetindo besteiras, atacando as “elites” das quais fazem parte, e defendendo o que há de pior na espécie humana, incluindo os maiores corruptos e tiranos do planeta. Só me resta, então, pegar emprestada a fantástica tirada do rei Juan Carlos direcionada ao bufão Hugo Chávez, outro desses que era reverenciado por gente como Chico: Por qué no te callas?

Gregório Duvivier: O personagem de si mesmo

*João César de Melo**

Juro que me esforço para ignorar certas pessoas e as coisas que elas dizem, especialmente aquelas que têm projeção na mídia, artistas e pseudo-intelectuais. É uma tentativa de autopreservação moral e intelectual. Mas, sendo um mísero ser humano não programável, realmente é um tanto difícil manter a disciplina.

De todos os novos ídolos – no sentido religioso da palavra – da cultura brasileira, quem mais me enoja é o Gregório Duvivier. Enoja-me não apenas seu jeito lindinho de falar bobagens, mas também por me lembrar muitas pessoas que conheci ao longo da vida; burguesinhos que vivem no colo confortável do capitalismo mas que adotam a militância socialista como forma de se sentirem heróis de alguma coisa, um heroísmo covarde, cuja contradição representa a essência do socialismo.

Seu argumento em defesa do atual governo exalta a comédia dos vídeos que ele mesmo protagoniza: “O problema da Dilma não é corrupção, é o contrário: é a falta de conivência com a corrupção”, disse num programa de televisão. Duvivier, como qualquer socialista, afirma que Dilma é vítima da conspiração de “grupos de interesse”. Sendo assim, faço uma simples pergunta: Que grupos são esses? Os bancos nunca lucraram tanto; o presidente do Itaú já declarou seu apoio ao governo. As maiores empresas do Brasil nunca receberam tanto dinheiro do governo como nos últimos 10 anos; o presidente da FIESP também declarou apoio ao governo. O jornal O Globo publicou recentemente um editorial declarando ser contra o processo de impeachment de Dilma. As maiores empreiteiras do país estão associadas ao governo tanto em megacontratos quanto nos casos de corrupção relacionados a esses mesmos contratos. Os maiores fundos de pensão são controlados pelo PT. Quais grupos econômicos sobram? O “capital financeiro”? Alguém acha mesmo que os capitalistas estrangeiros se organizaram para fazer o valor de seus

investimentos despencar?

Se Gregório Duvivier enxerga que os “grupos de interesse” são os partidos de oposição liderados pelo PSDB, ele ignora que o movimento contra Dilma parte de dentro do próprio PT e de sua base aliada. Aliás, afirmar que o PSDB, o partido dos bananas, representa alguma ameaça ao PT provoca mais risadas do que reflexões.

O “grupo de interesse” que preocupa Gregório Duvivier é o formado por pessoas comuns que ousam se indignar com tanta mentira, com tanta roubalheira, com tanta irresponsabilidade e desperdício de dinheiro público. Um grupo formado por mais de 90% da população brasileira.

O conceito de moralidade do ator é explicitado quando ele diz que a corrupção desse governo deve ser relevada porque não foi o PT quem a inventou, o que me faz perguntar se ele acredita que um pedófilo deve ser inocentado já que não foi ele quem inventou a pedofilia – e existem pedófilos piores!

O que interrompeu minha indiferença foi sua entrevista publicada no site do MST – aquele “movimento social” muito lindo do ponto de vista dos socialistas que moram em confortáveis apartamentos nos melhores bairros das cidades. Duvivier começa dizendo que é obrigação do artista “contribuir para uma sociedade melhor”. Uau! Uma sociedade melhor para ele é aquela desenhada pelos partidos que defendem as ideias que sustentam os regimes mais autoritários do mundo e que impõem as maiores dificuldades e humilhações a seus povos.

Gregório Duvivier expõe seu nível de cretinice ao dizer que “os maiores escândalos de corrupção não são do PT, são do Eduardo Cunha e do Renan Calheiros, os dois do PMDB, que também compôs o governo Fernando Henrique Cardoso”. Tanta cretinice até poderia ser interpretada como ignorância, mas não é. Nunca foi. Nunca foi em nenhum dos tantos Gregórios Duvivier que emocionam a juventude idiotizada desse país. Ele sabe a verdade, mas precisa da mentira para preservar não ape-

nas o governo que o financia e que o representa ideologicamente. Ele precisa da mentira para preservar a si mesmo.

Se não fosse sua militância socialista, ele não teria nada mais a dizer. Não teria espaço na mídia para nada além de seus personagens engraçadinhos. Não escreveria para um jornal. Não seria visto como “formador de opinião”. Seria apenas um dos atores do Porta dos Fundos, destacando-se apenas por ter sido casado com uma mulher mais bonita do que outras.

Com toda certeza, o Gregório Duvivier é o melhor personagem do Gregório Duvivier. Ele envolve o público, provoca suspiros e aplausos mas, principalmente, orgulha a si mesmo.

Gregório Duvivier sente-se honesto defendendo os desonestos. Sente-se inteligente defendendo ideias insustentáveis. Suas encenações ideológicas devem lhe fazer enxergar a si mesmo como sendo algo mais do que uma pessoa que faz outras pessoas rirem. Com sua pose socialista, Gregório Duvivier consegue ser mais do que um ator bonitinho, fofinho, charmosinho, moderninho e talentozinho. Ele passa a ser visto também como um ator inteligentinho.

Imoral, mentiroso, inescrupuloso: o infame Lula da Silva passou de todos os limites

*Lucas Berlanza**

Relutei em escrever sobre isso; achei que não seria uma boa ideia. Afinal, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva consegue como ninguém despertar em mim o pior como ser humano. É a figura mais moralmente miserável que já ocupou o cargo máximo do país; Lula me irrita tanto que, diante da entrevista que ele concedeu nesta quinta (05/11/15) ao jornalista Kennedy Alencar no SBT, acreditei que tecer quaisquer comentários mais elaborados implicaria inserir uma palavra

de baixíssimo calão em cada linha.

Mudei minha resolução. Por duas razões. Primeiro, porque acredito que nunca deixará de ser útil expor o nível de imoralidade de figuras como Lula, beirando a psicopatologia. Por incrível que pareça, ainda há quem reconheça nele algum legado positivo, ainda há quem admire o seu governo, e estamos absolutamente convencidos de que ele não merece nenhuma consideração. Toda e qualquer imagem positiva que esse populista infame ainda conserve precisa ser combatida, sob pena de o edifício de governança baseada na corrupção e na bravata construído em torno dele resistir por mais tempo aos merecidos golpes sofridos via Lava Jato, Zelotes e tutti quanti.

Segundo, porque suspeito que a entrevista de ontem foi histórica, e vale o esforço moral do registro, feito com todo o comedimento que me for possível. Não creio tenha havido outra concentração similar de mentiras escancaradas por minuto em um nível tão sórdido e asqueroso na televisão brasileira. Lula soa como um gângster sem finesse, um helminto esquivo, que faz ginásticas revoltantes para fugir da verdade a cada pergunta. É quase um personagem de quadrinhos. Tive dificuldades enormes em acreditar no que estava vendo e ouvindo.

É difícil até selecionar as passagens mais absurdas. Muitas delas, sem dúvida, residem nas referências ao também ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Segundo Lula, FHC “sofre com seu sucesso”; o petista especulou que FHC desejava que ele vencesse a eleição de 2002 contra Serra, por esperar que seu governo seria um fracasso e depois o social democrata poderia voltar ao cargo “nos braços do povo”. FHC teria preconceito com ele por ser metalúrgico e não saber falar inglês, e, portanto, por um “problema de soberba”, alimentaria até hoje uma profunda inveja do governo “extraordinário” de Lula – governo esse, que junto com o de Dilma, trouxe orgulho aos brasileiros perante o mundo, “promovendo a maior inclusão social desse país”. Lula conseguiu ter o cinismo de dizer que as famigeradas acusações de compra de votos para

a reeleição no governo FHC foram o único caso de “mensalão” comprovado e assumido. Lula ainda é capaz de negar o maior escândalo de seu governo? Nada que espante, sendo que ele é capaz de comparar as estatísticas do PRIMEIRO MANDATO – note, o primeiro mandato – do rival com o primeiro mandato de sua sucessora Dilma e dizer que os números de Dilma são melhores. Não somente Lula, mas os petistas de modo geral não conseguem ter a honestidade de reconhecer o cenário adverso que os tucanos receberam, ao passo que eles ganharam uma conjuntura internacional e um Plano Real de mão beijada e conseguiram jogar boa parte disso no lixo. Como é que o monarca emérito extra-oficial do Brasil, que nega de todas as formas sua influência na estrutura de poder nacional, consegue dormir à noite?

Sobre as investigações acerca das somas suspeitas em sua conta e de outros políticos, a compra de medida provisória, os negócios obscuros de seu filho, enfim, sobre a aproximação das investigações policiais do seu santo nome, Lula se afirma tranquilo. Ele garante que os vazamentos da imprensa a respeito, embora sejam claramente reduzidíssimos diante do que seria o ideal, são “seletivos”. No entanto, Lula não pestaneja: “essas coisas são normais de um país democrático” e ele “duvida” que qualquer um, seja “seu maior inimigo ou seu maior amigo”, possa alegar que teve com ele alguma conversa sobre ilicitudes. Lula “duvida”; curiosamente, certeza não tem. Na verdade, mesmo, foi nos governos do PT, como já dizia Dilma e ele agora repete, que se tornou normal investigar políticos corruptos. O petismo fez muito para fortalecer a polícia no encaço dos poderosos, e hoje só se escapa ileso no Brasil se você não for corrupto. Em outras palavras, foi graças aos governantes vermelhinhos que mensalão e petrolão puderam ser descobertos.

Sim, porque eles não têm nada a ver com isso. Lula é totalmente inocente. Ele não sabia de nada. Com a sinceridade que lhe é característica, o ex-presidente se queixa de que ninguém lhe disse nada sobre a existência do esquema de corrupção na empresa, que “essas coisas você só descobre quando a quadrilha cai”, afinal “ninguém tem a corrupção es-

tampada na testa”. Lula compara isso com as nossas casas; quantas coisas acontecem com nossos filhos, diz ele, dentro de nossas residências, sem que nós saibamos, não é mesmo? Assim foi com o petrolão durante o seu governo. Coitadinho... Ele comandava um país inteiro sem saber o que se passava dentro das empresas estatais mais importantes, porque simplesmente ele nunca sabe de nada. Sempre me perguntei: o que é pior? Um presidente ladrão ou um imbecil e ignorante, que não enxerga um palmo à frente do nariz?

Lula até fez algumas críticas ao governo Dilma. Disse que não tinha certeza de que o governo tivesse total clareza do que viria; mas confia 100 % em que Dilma sabe o que tem de fazer agora. Não há essa tragédia toda que pintam; estamos sofrendo alguns pequenos efeitos da já distante crise internacional. Estão exagerando e criando um clima tenebroso de pessimismo, com base em ilusões. Rebaixamento de nota na classificação de risco das agências internacionais, inflação, popularidade abaixo de 10%, capas desanimadoras na imprensa estrangeira, isso tudo são ilusões. Nada está acontecendo. Estamos imaginando um país, quando a verdade é o que está na cabeça de Lula. O Brasil verdadeiro é esse paraíso de sucesso, reconhecido e admirado em todos os cantos do mundo. O povo devia estar feliz. Só não está porque os jornais preferem apostar em manchetes sensacionalistas.

Fecho essa lista, que seria interminável se fôssemos enumerar todos os comentários de Lula, com sua incrível afirmação de que Fernando Haddad é a melhor coisa que já aconteceu a São Paulo. Estou certo de que o prefeito das ciclovias insanas é também do agrado dos nossos leitores paulistas... Só que não. O prefeito, que atingiu o auge da reprovação, é motivo de revolta e escárnio na capital.

Que mais dizer? Redijo cada linha deste texto desanimado, enojado, nauseado, indignado com a figura sub-reptícia e dissimulada de Lula, que argumenta estar defendendo um “projeto político” de ascensão social representado por ele e sua sucessora, e, se necessário for para fazer

essa defesa, ele lançará sua candidatura presidencial em 2018. Lula não existe. Seu mau-caratismo é tão sobrenatural que quase cremos não seja mais do que um personagem de ficção. No entanto, essa ficção engabelou o Brasil. Não pode mais engambelar. Se segue havendo quem acredita que esse vilão bufão tem algo a dizer quando os ventos da justiça parecem soprar em seu cangote, a ponto de ele ter espaço no SBT para fazer o seu circo, tem-se mais uma prova de quão robusta é a barreira que nos separa da civilização.

Lula, repito, não existe. Que seu projeto para 2018 também não exista, para o bem de todos nós.

2

IMPORTANTES SUGESTÕES DE LEITURA

Se já há certeza de que o país carece de reformas profundas, de que é preciso formar novas lideranças, atuar na dimensão cultural e formar um pensamento alternativo com robustez e relevância social, temos que nos preparar. Para isso, há um farto material bibliográfico a ser devassado, com propostas teóricas que desafiam o convencional na escassa atmosfera intelectual brasileira. Ao longo do ano, nossos articulistas sugeriram algumas leituras muito interessantes para quem deseja seguir por esse caminho. Nesta seleção, começamos por uma análise sobre a educação no âmbito público e privado. Em seguida você poderá conferir uma resenha de *Um país chamado favela*, obra que, apesar de seus defeitos e de abrigar ainda certa dose de politicamente correto, apresenta estatísticas insofismáveis: o empreendedorismo e a iniciativa pessoal promovem uma melhora de potencial muito maior na vida dos mais pobres do que o Estado. Para quem quer conhecer a verdade histórica, vem em seguida uma resenha crítica do manual de Carlos Marighella para os guerrilheiros da luta armada brasileira contra o regime militar, desconstruindo as narrativas que o concebem como um herói nacional. A lista continua com uma obra do catálogo do IL, *O Que é o Liberalismo*, de autoria de nosso fundador Donald Stewart Jr., que se confunde com a história da nossa instituição. Em *A Arte de Governar*, o quarto artigo sugere um mergulho no pensamento político de Margaret Thatcher, uma das personalidades mais representativas do século XX. Apreciando *A Vida na Sarjeta*, de Theodore Darlymple, o próximo texto destaca sua análise arguta dos efeitos psicológicos das políticas de estado de bem estar social. A lista encerra com duas resenhas de livros que também fazem parte do catálogo do IL: *O Patrimonialismo e a realidade latino-americana*, do professor Vélez Rodríguez, dissecando essa matriz crônica dos problemas de nossa cultura política, e *A Suécia depois do modelo sueco*, desvendando a verdade sobre a social-democracia nórdica. Imperdíveis dicas!

A solução espontânea e privada dos pobres para a educação

*Rodrigo Constantino**

Meio século atrás, o casal Milton e Rose Friedman escreveu um “paper” sobre o papel do governo na educação, e defendeu o “voucher” como solução. A lógica era cristalina: o mercado funciona para produzir diversos bens e produtos para todos os gostos e bolsos, e não seria diferente no setor de ensino. Com o governo financiando os mais pobres e permitindo a livre escolha dessas famílias, haveria competição no lado da oferta e isso levaria a um serviço melhor.

A mesma lógica estava por trás do programa de “renda mínima” defendido também por Friedman, que está na origem do Bolsa Família do PT. Críticas sobre seu uso eleitoral e a ausência de uma estratégia de saída à parte, o fato é que a esmola estatal funcionou muito melhor do que outros programas como o Fome Zero, justamente porque deixou com a própria família a decisão sobre o uso dos recursos.

A premissa básica aqui é que cada um sabe o que é melhor para si, e isso inclui os mais pobres e também a escolha da escola para os filhos. Muitas vezes a elite arrogante ignora essa possibilidade, achando que os pobres são ignorantes que nunca darão o devido valor à educação, e que, portanto, cabe ao estado e aos burocratas “ungidos” cuidar de tudo por eles. Nasceram os grandiosos programas nacionais burocráticos, caros e ineficientes, enquanto os pobres ficam sem boa qualidade de ensino.

Mas eles buscam para seus filhos o melhor. Mesmo nos recantos rurais mais afastados, ou nas favelas. Eles sabem que o ensino privado e pago costuma ser melhor, pois há mais accountability, os pais podem exercer maior pressão sobre os proprietários ou diretores das escolas, ameaçando retirar seus filhos caso o ensino não seja bom ou os professores faltem muito, o que seria a bancarrota da instituição. O mecanismo de incentivos é mais adequado.

E, de fato, milhões de pobres do mundo todo optam por esse caminho.

*Publicado originalmente no blog do Rodrigo Constantino em 30 de outubro de 2015.

Foi o que mostrou James Tooley em seu excelente livro *The Beautiful Tree: A personal journey into how the world's poorest people are educating themselves*. O autor era um socialista romântico que começou sua carreira no Zimbábue de Robert Mugabe, colaborando com o “ensino universal” igualitário. Sua decepção foi enorme ao descobrir que as elites concentravam para si as boas escolas – privadas – enquanto o povo tinha que arcar com o ensino público de péssima qualidade.

Ele resolveu fazer uma intensa pesquisa em inúmeros países pobres para verificar como as famílias pobres educavam seus filhos, e descobriu, um tanto chocado, que as escolas privadas eram muito comuns, apesar de todos os especialistas no assunto ou negarem essa realidade, ou a desqualificarem. A solução proposta era sempre a mesma: mais ajuda humanitária dos países ricos para fomentar o ensino público nos países pobres, a despeito dos péssimos resultados evidentes.

Os especialistas não suportam a ideia de empreendedores lucrando no mercado de ensino básico para pobres, o que enxergam como exploração, além de acharem que é simplesmente inviável os pobres efetivamente pagarem por tal serviço. Como mostrou o pesquisador, eles pagam. São valores bem reduzidos, poucos dólares por trimestre, que representam uma fatia tolerável de suas baixas rendas (entre 5 e 8%). Ainda assim, toda quantia é um sacrifício para quem ganha tão pouco, e o simples fato de que tantos escolhem essa alternativa, em vez de colocar seus filhos na escola pública “gratuita”, já demonstra como valorizam a educação dos filhos e preferem a oferta privada.

O que mais deixou Tooley espantado ao longo de sua jornada foi a reação das elites e dos especialistas, que simplesmente negavam a possibilidade de existir um mercado tão ativo de ensino particular para os pobres. Todos criticam a qualidade das escolas públicas nesses países, mas curiosamente sempre demandam mais e mais recursos para esse mesmo sistema! É como se não tivessem vontade de enxergar a alternativa bem debaixo de seus olhos, pois ela fere sua visão de mundo preconcebida.

Longe de parecerem exploradores que enganam os pobres, esses em-

presários da educação em favelas ou áreas rurais que o autor conheceu eram pessoas que efetivamente ligavam para as crianças, que lutavam para lhes dar o melhor possível dentro das restrições pesadas da pobreza local. Alguns se empenhavam até no fim de semana. Sim, eles tinham algum lucro na operação, apesar das mensalidades extremamente reduzidas. Mas não só o lucro é legítimo numa transação livre, atestando a satisfação do consumidor, como ele é o oxigênio que permite novos investimentos em melhorias do serviço.

Nas escolas públicas, há constantes greves, os professores não ensinam, faltam com frequência, tudo porque não há um mecanismo adequado de incentivos: eles não são punidos por tal negligência. No máximo são transferidos. Os sindicatos poderosos os protegem. O mesmo não acontece nas escolas privadas: como a renda do proprietário depende da satisfação dos pais, ele garante a presença dos professores. Também se mostra mais sensível às verdadeiras demandas dos pais, como, por exemplo, aprender inglês. Na escola pública o professor não precisa levar em conta os anseios dos pais. Pode enfiar Marx e Foucault goela abaixo das pobres crianças indefesas.

Quando o estado aparece nas escolas privadas, normalmente é para cobrar propinas após infundáveis regulações que os donos das escolas são incapazes de cumprir. Como ter um pátio grande numa escola na favela? São obrigações burocráticas desligadas da realidade, criadas por burocratas distantes de classe média. Mesmo assim, os pais dessas comunidades escolhem essas escolas pelo que elas oferecem em troca, principalmente no conteúdo. Eles não são explorados pelo proprietário da escola, mas pelos inspetores do governo que encarecem suas mensalidades com as propinas que exigem das escolas. A corrupção é endêmica nesses países.

Talvez os especialistas e os professores não tenham tanto interesse em considerar essa alternativa porque a atual lhes favorece bastante. O poder que vem com o carimbo que destina bilhões em ajuda humanitária, a influência que esses especialistas exercem em governos ocidentais, a estima perante a própria elite por posarem de abnegados e altruístas que se preocupam com os pobres do Terceiro Mundo, os empregos garan-

tidos independentemente do resultado oferecido, tudo isso atua contra a solução de mercado.

Amartya Sen, Jeffrey Sachs e tantos outros consultores de governos ou entidades como a ONU costumam reconhecer as dificuldades do setor público nesses países pobres, mas ainda assim pregam mais recursos para esse modelo, pedindo paciência – algo que as famílias pobres não podem se dar ao luxo de ter em abundância. Nunca a solução particular é mencionada por esses especialistas. É como se ela não existisse!

Mas existe, e aos montes. Tooley visitou e pesquisou em detalhes diversas favelas e locais rurais de Gana, do Quênia, da Índia, China, etc. Em todos eles e sua equipe encontraram centenas de escolas privadas cobrando valores baixos dos pobres, que pareciam satisfeitos com essa alternativa. Pesquisas qualitativas também mostraram que tais escolas não ficam atrás das públicas com seus professores mais graduados. Ao contrário: elas se saem invariavelmente melhor.

O que o autor mostra é que a “mão invisível” também funciona no mercado de ensino, como em todos os outros. Os proprietários de escolas para pobres aparentam ter boas intenções quase sempre, segundo a experiência de Tooley, mas mesmo assim elas não são o suficiente ou nem mesmo o principal. Como sabemos pelo ditado popular, o inferno está repleto de boas intenções. O que vale mais é o mecanismo de incentivos. E esses empresários precisam levar em conta a demanda dos pais, caso contrário sabem que vão perder seus alunos, até porque a alternativa é uma escola “gratuita” oferecida pelo governo.

Os pais pobres não são tão ignorantes, ao contrário do que pensam os especialistas arrogantes. Não necessitam da tutela do governo, e não vão sacrificar o futuro dos próprios filhos por estupidez. Alguns realmente não colocam seus filhos nas escolas. Isso acontece ou porque são muito miseráveis e precisam de renda extra obtida com o trabalho infantil, ou porque não enxergam valor no ensino público de má qualidade. A maioria, porém, sabe que precisa investir no melhor para seus filhos, e

isso muitas vezes significa o esforço de pagar por um ensino privado.

Além da jornada geográfica, Tooley fez uma jornada histórica no tempo, e pesquisou como era a educação nesses países antes da chegada dos imperialistas. O que ele descobriu foi igualmente chocante: havia, na maioria dos casos, um mercado espontâneo e privado de educação, que foi dificultado ou impedido pelos colonizadores bem-intencionados. Ele cita o caso da Índia, com declarações do próprio Gandhi nesse sentido, lamentando que a “bela árvore” que crescia fora cortada pelos ingleses, que impuseram um modelo centralizado totalmente desconectado da realidade local. Daí o título de seu livro.

Os “vouchers” podem funcionar de maneira bem mais eficiente do que enterrar bilhões dos pobres dos países ricos no sistema de ensino público universal dos países pobres. Os pais permanecem com o poder de escolha, e os empresários precisam atender às suas demandas, caso contrário perderão alunos para a concorrência. A simples ideia de um mercado lucrativo para algo tão importante e nobre como o ensino desperta aversão em muita gente. Mas o que elas querem afinal? Preservar suas próprias fantasias românticas, ou que os pobres tenham o melhor possível?

Um país chamado favela

*João César de Melo**

Uma das características dos socialistas é oferecer provas contra si mesmos, seja por meio de seus governos, seja por meio de seus discursos e livros. Eles próprios se encarregam de deixar bem claro o quanto são incompetentes, delirantes e contraditórios, muitas vezes evidenciando o quanto são incapazes de enxergar que muitos dos fenômenos sociais que eles enaltecem fazem parte, na verdade, do argumento liberal, não do discurso socialista.

Acabei de ler Um País Chamado Favela, livro escrito por Renato Meirelles e Celso Athayde. Não perderei o meu tempo falando sobre as

*Publicado originalmente no site do Instituto liberal em 29 de março de 2015.

primeiras 25 páginas (o livro tem 167) dedicadas à tentativa de implantar no leitor adjetivos elogiosos ao livro antes mesmo dele o ler. Não perderei meu tempo debochando das apresentações assinadas por “grandes intelectuais brasileiros”, tais como Preto Zezé, MV Bill e... Luciano Huck! Também não perderei tempo enumerando as distorções na leitura da história recente do Brasil. Comprei o livro por causa das estatísticas que os autores oferecem.

Resumidamente, para 96% dos moradores das 63 favelas pesquisadas, NÃO foram políticas públicas as responsáveis pela melhoria da qualidade de vida. Para 14%, a família foi a causa, para 40% foi Deus o responsável e para 42% a melhoria de suas vidas foi obra tão somente de seus próprios esforços, ou seja, aquilo que os liberais gritam todos os dias – a potência do indivíduo!

Além de dados, a pesquisa que gerou o livro também oferece relatos de empreendedorismo dentro de comunidades distantes das ações estatais, salientando que foi justamente a distância entre indivíduos e governo que os tornaram fortes e criativos – “Os jovens, em particular, são filhos e netos daqueles cidadãos abandonados e maltratados pelo Estado. Criados a partir dessa memória familiar recente, não enxergam o governo, qualquer que seja, como provedor de bem-estar. Não raro treinados em modelos espartanos de sobrevivência, convertem-se em homens e mulheres particularmente resilientes que aprendem, enfrentam preconceitos e fazem acontecer”, escrevem. O que pode ser mais libertário do que isso?

A despeito dos dados e testemunhos que comprovam que o pobre não é nenhum incapaz, os autores se esforçam em tentar nos fazer crer que a melhoria na qualidade de vida nas favelas foi obra do PT, chegando a afirmar, por exemplo, que seus moradores só puderam planejar melhor suas vidas quando começaram a receber contracheques impressos. Segundo eles, não foi o fim da inflação e a estabilidade econômica que possibilitou que pessoas de baixa renda tivessem acesso ao crédito, mas sim um pedaço de papel.

Num dos capítulos, Renato Meirelles assume a narrativa para falar sobre a trajetória de seu parceiro, Celso Athayde, começando com a seguinte frase: “Ele não aprendeu com Keynes ou com Amartya Sen, mas com a vida, tocando pequenos negócios no vasto universo de excluídos e daqueles em processo de inclusão”. Sim, ele cita dois gurus do socialismo para ilustrar a trajetória liberal de uma pessoa que abre caminho por si mesmo na sociedade e que, voluntariamente, direciona seu trabalho para os interesses das comunidades mais pobres, explicitando, portanto, que os socialistas não conseguem sequer distinguir socialismo de liberalismo. Darei uma ajuda: oferecer seu tempo, seu trabalho, seu dinheiro ou apenas seu interesse aos pobres não faz uma pessoa socialista. Uma pessoa se torna socialista quando ela passa a cobrar que o Estado obrigue outras pessoas a fazer caridade, exigindo que os mais ricos, apenas por serem mais ricos, devam aceitar que o governo lhe tome dinheiro para supostamente dar aos pobres apenas por estes serem pobres.

A trajetória “social” de Athayde, relatada por Renato, culmina na criação da Favela Holding, iniciativa responsável pela criação de um shopping center dentro do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, empreendimento de R\$ 22 milhões. Os autores desconhecem que isso se chama iniciativa privada e voluntária, o pilar do liberalismo. Ignoram que qualquer iniciativa desse tipo, se fosse empenhada pelo Estado, custaria 10 vezes mais e ofereceria serviços ruins. Ignoram que o sucesso de empreendimentos como os citados no livro se deve principalmente ao fato de serem iniciativas de pessoas comuns e que, por isso, têm mais condições de saber o de que pessoas comuns precisam – o que o Estado nunca conseguirá saber.

No livro, constam também outros casos, como o de Elias Tergilene, que começou a vida vendendo esterco e que hoje tem diversos empreendimentos comerciais em regiões degradadas de Belo Horizonte. A despeito do discurso “social”, Elias apenas pensou empresarialmente, o que lhe possibilitou descobrir um novo nicho de mercado. Pergunto: ele foi obrigado pelo governo a investir seu trabalho e seu dinheiro na

favela? Não. Foi ele, por iniciativa própria, que enxergou as oportunidades comerciais que essas regiões guardam e que criou um modelo de negócio adequado ao perfil de seus moradores. Isso não é socialismo. Isso é capitalismo! Em vez de esperar pela ajuda do Estado, o indivíduo tratou de, ele mesmo, fazer o que acreditava que deveria fazer. Iniciativa privada! A mesma iniciativa privada da também citada no livro *Vai Voando*, empresa de venda de passagens aérea que, a exemplo de Elias, costurou um modelo próprio de negócios que, visando o lucro, possibilitou que dezenas de milhares de pessoas tivessem oportunidade de viajar de avião. A mesma pergunta: foi o Estado que obrigou essa empresa a oferecer produtos e serviços mais baratos aos mais pobres? Não!

Reconhecendo o potencial das favelas – a despeito da ausência do Estado –, os autores chegam a escrever: “Ali, portanto, por necessidade e vocação, funcionam alguns dos melhores laboratórios do país em termos de prática empreendedora”. Quando um liberal fala isso, ele é taxado de maluco – “Impossível um favelado se erguer sozinho!”, gritam os socialistas –, porém, quando são os próprios socialistas que atestam essa realidade, a pobreza deixa de ser vista como uma condenação e passa a ser vista como uma situação reversível a partir do conjunto de esforços individuais. O erro, contudo, está na insistência dos socialistas em pregar que o Estado deveria ajudar os esforços individuais. Não! Não deveria! Todas as vezes em que o Estado estende sua mão, ele retira do indivíduo a necessidade de ser forte e criativo, empurrando-o na direção da dependência e da subserviência. Qualquer ação de caridade deve vir de indivíduos, nunca do Estado. Como esclareci em artigos anteriores, apenas pessoas (espontaneamente associadas entre si ou não) têm condições de avaliar a necessidade e o merecimento de outras pessoas e de acompanhar os desdobramentos de cada ação. O Estado não tem esta condição.

Outra passagem interessante do livro é aquela em que os autores citam a solução encontrada pelos salões de beleza quando o governo (sempre ele!) restringiu o funcionamento dos bailes funk. “A solução foi diversificar os serviços. Quem fazia chapinha passou a oferecer também

depilação. Aos poucos, as melhores profissionais venceram a crise e passaram a colecionar também clientes do asfalto, gente moradora de Laranjeiras ou da Gávea”. E ainda há quem diga que o mercado não se autorregula, que o mercado não tem capacidade de, por si mesmo, resolver seus problemas.

O livro também nos mostra o ponto de vista dos consumidores pobres, desfazendo a imagem de “coitadinhos humildes” que os socialistas pintam constantemente. Os moradores das favelas calculam o custo-benefício de tudo; muitas vezes optam pelos produtos mais caros e têm especial prazer em ostentar marcas famosas por reconhecerem o valor agregado de seus produtos. Os dados expostos no livro comprovam que o “desapego material” e a busca pela “vida simples” não passa de um fetiche existencial da burguesia socialista. O pobre quer ser patrão! O pobre quer ser independente! O pobre gosta de luxo e quer passar férias nos Estados Unidos, não em Cuba!

Vale ressaltar também que um favelado só tem o poder de escolher o que consumir porque existe uma complexa rede de interesses individuais que sustentam incontáveis empresas que brigam entre si pela preferência até dos mais pobres.

Sem perceber, os autores reconhecem que, enquanto a “benevolência” do Estado não chega a esse grupo de pagadores de impostos, os favelados, o “capitalismo opressor” sobe o morro com suas farmácias, supermercados, serviços de internet e de TV a cabo, lojas de eletrodomésticos, de computadores, de celulares e de material de construção. Os autores do livro chegam a registrar casos de megacorporações internacionais, como a P&C, que, voluntariamente, vão à favela oferecer produtos e serviços gratuitos como estratégia de divulgação de suas marcas – “Malditos capitalistas!”.

A infelicidade do livro é a insistente interpretação ideológica da realidade – a capacidade dos indivíduos de se levantarem por si mesmos –, tentando nos fazer crer que a favela precisa de Estado, muito Estado, Estado em tudo; e que essas comunidades devem ser protegidas, vejam

só, dos interesses dos capitalistas!

Este livro é um ótimo documento sobre o autobloqueio de grande parte dos socialistas em reconhecer a potência humana; fazem questão de não enxergar que o único papel que o Estado assume é o de tornar a vida das pessoas mais cara, complicada e perigosa.

Carlos Marighella e o manual do terror contra a liberdade

*Thiago Kistenmacher**

Sei que escrever com o intuito de mostrar uma face diferente desses personagens tidos como heróis nacionais, salvo exceções, é quase uma “heresia” no círculo acadêmico e político brasileiro. Entretanto, como sempre somos alertados a pensar criticamente, eis o que proponho no artigo ora apresentado. Essa perspectiva é parte da diversidade que muitos dizem defender, mas que odeiam quando ela se manifesta.

É imperioso ressaltar que não é por criticar Marighella que necessariamente me posiciono em favor dos militares. O que pretendo demonstrar é que duas forças, ainda que uma seja mais forte que a outra, podem ser antidemocráticas e mesmo assim, inimigas. Quando uma facção criminosa domina um morro e outra quer despojá-la do controle do narcotráfico, não o faz para trazer a paz, mas o contrário, isto é, para impor a sua ordem.

O Manual do Guerrilheiro Urbano, escrito por Carlos Marighella e datado de 1969, revela boa parte do que o mesmo pensava acerca de seus métodos políticos que, hoje considerados legítimos pelo contexto do governo militar, não passam de fórmulas criminosas de atuação política. Logo no início o próprio autor deixa bem claro que “a razão porque este manual leva [sua] assinatura é que as ideias expressadas ou sistematizadas [nele] refletem as experiências pessoais de um grupo de pessoas engajadas na luta armada no Brasil, entre as quais [ele tinha] a honra

de estar incluído.”

Poderíamos contextualizar a produção do material, difusão e quem foi Marighella, todavia, não há espaço para isso, já que o intuito principal é demonstrar como este guerrilheiro buscava a “democracia.” Sempre dizem que ao analisarmos situações históricas, devemos ser imparciais, no entanto, não apontar os crimes perpetrados ou planejados pelo líder da ALN – Aliança Libertadora Nacional – é ficar omissos, haja vista que até hoje Marighella é tido como grande personagem em busca da “libertação nacional”.

O que encontramos no Manual revela muito de suas aspirações criminosas, muito diferentemente do que aparece no filme *Batismo de Sangue* (2007), dirigido por Helvécio Ratton, onde o comunista é retratado como uma figura paternal, misteriosa e até messiânica.

Carlos Marighella, bem como vários de seus apoiadores até hoje, acreditam que são detentores de virtudes irrepreensíveis, o maior perigo de todos por acarretar vários outros. Escrevendo sobre a inferioridade bélica dos guerrilheiros, Marighella afirmou que sim, que nesse aspecto são inferiores, “mas vendo desde o ponto de vista moral, o guerrilheiro urbano tem uma vantagem que não se pode negar. Esta superioridade moral é o que sustém ao guerrilheiro urbano.” Presunção? Se o leitor ainda não está convencido, podemos citar outra passagem, onde o autor diz que “Hoje, ser ‘violento’ ou ‘terrorista’ é uma qualidade que enobrece qualquer pessoa honrada, porque é um ato digno de um revolucionário engajado na luta armada...” E alicerçado nessa torpe alegação, elaborou as barbaridades que o leitor verá em seguida.

Logo no início de seu manual, Marighella escreve que os objetivos essenciais do guerrilheiro urbano são:

- 1.A exterminação física dos chefes e assistentes das forças armadas e da polícia.
- 2.A expropriação dos recursos do governo e daqueles que pertencem aos grandes capitalistas, latifundiários, e imperialistas, com pequenas

expropriações usadas para o mantimento guerrilheiro urbano individual e grandes expropriações para o sustento da mesma revolução.

Logo depois, o autor realça que é necessário que “todo guerrilheiro urbano tenha em mente que somente poderá sobreviver se está disposto a matar os policiais e todos àqueles dedicados à repressão.” Claramente, também diz que é necessário saber “falsificar documentos para poder viver dentro de uma sociedade que ele busca destruir.” O leitor por acaso acredita que alguém que diz que é necessário “preparar bombas Molotov, granadas, minas, artefatos destrutivos caseiros, como destruir pontes, e destruir trilhos de trem”, é alguém em quem poderíamos depositar confiança? Que não seria um verdadeiro carniceiro ao alcançar o poder?

O ódio aos Estados Unidos e à propriedade, como sempre, também fica evidente, pois lemos que “As empresas e propriedades norte-americanas no país, por sua parte, devem ser alvos tão frequentes de sabotagem que o volume das ações dirigidas sobre passe o total de todas as outras ações contra os pontos vitais do inimigo.” E ainda sobre os norte-americanos, diz que o “sequestro de residentes norte-americanos ou visitantes no Brasil constituem uma forma de protesto contra a penetração e a dominação do imperialismo dos Estados Unidos em nosso país.” Já sobre execuções, e com mais ódio aos EUA, Marighella escreve que execução é “matar um espião norte-americano, um agente da ditadura...” e que ela deve ser feita por um atirador “operando absolutamente secreto e a sangue-frio.”

Como ele mesmo destaca, “o objetivo da sabotagem é para doer, danificar, deixar sem uso e para destruir pontos vitais do inimigo,” e, além disso, diz que a “guerrilha urbana deve pôr em perigo a economia do país, particularmente seus aspectos financeiros e econômicos, assim como as redes comerciais domésticas e estrangeiras, suas mudanças nos sistemas bancários, seus sistema de coleta de impostos, e outros.” Quanto gosto por desolação!

Falando sobre a preparação e escola do guerrilheiro, Marighella deixa

bem claro que “Este é o núcleo doutrinado e disciplinado com uma estratégia de longo alcance e uma visão tática consistente com a aplicação da teoria Marxista, dos desenvolvimentos do Leninismo e Castro-Guevaristas, aplicados às condições específicas da situação revolucionária.”

E em outra parte, sobre o sempre almejado e nunca obtido apoio popular, Marighella escreve que “um dos problemas principais do guerrilheiro é sua identificação com as causas populares para ganhar o apoio popular.” Mas por qual razão os guerrilheiros que pregam a morte de policiais, o sequestro de embaixadores e empresários e explosões não o têm? Será que é porque o povo que ele e outros diziam e dizem defender não quer a guerrilha nem o comunismo? Será que é porque o povo não quer saber de expropriação de propriedade privada, mas ao contrário, quer aumentar e/ou melhorar a sua própria?

Tenho uma versão impressa dessa obra destrutiva, contudo, utilizei uma versão que se encontra online para que o leitor possa conferir a autenticidade da informação aqui utilizada.

Espero que cada um que acompanhou esta breve análise do manual antiliberdade de Carlos Marighella se lembre desse e de outros textos cada vez que vir algum professor universitário ou militante de algum partido e/ou movimento social cobrindo de glória o nome deste homem que não buscava democracia, mas que queria trocar uma ditadura por outra, vermelha em todos os sentidos. Se este guerrilheiro, hoje nome de escola e ruas, propunha tais atrocidades ainda que contrariamente à lei e perseguido pelos militares em uma ditadura, imagine então o que faria estando ele no poder e ditando as regras do jogo. O poder comprado com sangue jamais seria vendido por votos.

Hoje, quando algum indivíduo ou movimento luta pela liberdade, geralmente é visto como elitista e “fascista” pelos ideólogos, mas quando se luta pela servidão em prol de utopias como o socialismo, é visto como altruísta e defensor da liberdade. Que paradoxal, defender o terrorismo em prol da paz.

Terrorismo? Não seria demais dizer que os guerrilheiros eram terroris-

tas? Creio que não, já que, além de demonstrar na prática que o foi, o próprio Carlos Marighella escreve que “o terrorismo é uma arma que o revolucionário não pode abandonar.”

Acho que isso diz tudo.

“O Que é o Liberalismo”: o ativismo pioneiro de Donald Stewart Jr.

*Lucas Berlanza**

Donald Stewart Jr. (1931-1999), filho de canadenses, foi, fundamentalmente, um homem de ação. Convivendo com sucessivos regimes onde a liberdade era, em diversos sentidos, mas marcadamente no plano econômico, bastante escassa, o empresário e engenheiro civil não hesitou em nadar contra a maré. Sócio e afiliado de diversas instituições internacionais que desfraldam a bandeira da liberdade, como a Sociedade Mont Pélerin, a CATO Institute, a Heritage Foundation, a Atlas Foundation e o Liberty Fund, Donald entendia, como sintetiza o amigo e não menos notável Og Leme, “que o liberalismo constitui a orientação mais efetiva para a redenção e o desenvolvimento do ser humano e das nações”, e que a “ordem liberal-democrática é a forma de organização social mais adequada para o atendimento desses objetivos”. No afã de divulgar esses princípios e fazer com que eles também se enraizassem na cultura política do país em que vivia e empreendia, Stewart deu à luz diversas iniciativas. Uma delas foi o livro *O Que é o Liberalismo* (1988), resumindo algumas de suas palestras sobre o tema.

De maneira bastante didática e indo direto ao ponto, Donald Stewart apresenta suas convicções, bastante calcadas na leitura dos economistas austríacos Friedrich Hayek e Ludwig Von Mises, delineando uma proposta básica positiva, isto é, que não se restringe a atacar o patrimonialismo e o estatismo paquidérmico reinantes, mas apresenta a alternativa sólida em que os brasileiros poderiam se mirar. No capítulo 1, “Renascimento” do *Pensamento Liberal*, Donald traça um histórico do

pensamento liberal, principiando pelo alvorecer do pensamento clássico com Adam Smith e sua teoria econômico-moral; passa, então, pelos duros golpes sofridos pela consagração do welfare state, do intervencionismo keynesiano e da social democracia; finalmente, conclui com o revigoração das idéias da liberdade, que ainda encontram um terreno bastante hostil, mas começam a se organizar e impactar nas políticas públicas e administrações governamentais. Stewart faz referência a um dos casos mais explícitos: o da Dama de Ferro, Margaret Thatcher, na Inglaterra, inspirada nas idéias de Hayek.

No segundo capítulo, Ação Humana e Economia, Stewart parte para uma análise do conceito de Mises acerca da praxeologia, isto é, a ciência da ação humana, que estudaria as raízes dos nossos comportamentos, buscando compreender o que estaria por trás de nossas decisões e, por consequência, das movimentações na economia. Considerando que o objetivo dessa ação consistirá em sair de uma situação menos favorável para outra mais interessante, ele sustenta ser isso o que leva ao aprimoramento das instituições e das relações humanas. Esse aprimoramento se daria, para Stewart, baseado em Hayek, com muito mais eficácia através de um processo espontâneo, não direcionado por um poder central. Tal como o austríaco ganhador do Prêmio Nobel, o empresário brasileiro não defendia um pensamento liberal calcado em um “atomismo moral”; sua concepção era de uma sociedade, que cresce e se constrói com cooperação, mas que deve ser livre, o que necessariamente pressuporá uma economia de mercado – único contexto em que essa cooperação pode se processar entre completos desconhecidos. Na busca do aprimoramento de possibilidades que esse ambiente pode proporcionar, se destaca a atividade empresarial, cuja função é, em um ambiente de competição ética, “descobrir o que até então não havia sido descoberto pelos outros”, pelo que lhe cabe o lucro devido. Defendendo a garantia de um mínimo para a vida humana em matéria de saúde e educação (especialmente se isso for feito mediante o sistema de vouchers, defendido por outro economista liberal, Milton Friedman), Stewart também alveja a ideia utópica da busca por uma “igualdade de oportunidades” que levaria a trilhar um caminho antinatural, “antipra-

xeológico”, se assim nos pudermos exprimir, que seria o de buscar uma situação desfavorável para alguns que possuem determinadas aptidões naturais, a fim de favorecer os demais na mesma proporção.

O terceiro capítulo, com o mesmo nome dado ao livro, sistematiza a percepção do autor sobre o Liberalismo, definido por ele como “uma doutrina política (...) voltada para a melhoria das condições materiais do gênero humano”, que procura reduzir a pobreza e as misérias materiais através da liberdade. Segundo esse pensamento, um sistema social que valoriza a liberdade “assegura uma maior produtividade de trabalho humano, sendo, portanto, do interesse de todos os habitantes do mundo”. Esse sistema precisa estar baseado na defesa da propriedade privada e na defesa da paz e da tolerância, conjugando a liberdade econômica com a liberdade política de escolha das pessoas que exercerão as funções de governo. Como princípios gerais, Stewart destaca a igualdade perante a lei, a ausência de privilégios, o respeito aos direitos individuais, a responsabilidade individual, o respeito às minorias divergentes e a liberdade de entrada no mercado, isto é, a livre iniciativa em uma economia de mercado com propriedade privada.

Donald Stewart encerra seu pequeno livro introdutório com o capítulo A Situação Brasileira, uma análise breve de uma série de circunstâncias em que esses ares liberais fariam bem ao ambiente saturado de Estado do Brasil. Mas ele foi além. Na prática, em 1983, fez vir à luz o nosso Instituto Liberal do Rio de Janeiro, um think thank pioneiro que, como as instituições internacionais a que seu fundador era vinculado, tinha a finalidade de divulgar e discutir justamente aqueles princípios que ele ressaltou em seu opúsculo. Suas atividades, inicialmente, se restringiam à tradução e edição de livros, principalmente os dos economistas austríacos (entre esses livros, também, até hoje, é comercializado o opúsculo de que falamos neste artigo), passando depois a abranger a realização de um sem-número de colóquios e eventos de confabulação acadêmica. Hoje, além de seguir parceiro de todos os eventos e as diversas outras instituições que, com perfis próprios, surgiram para quebrar a hegemonia estatizante, o IL conta com uma nova série de projetos por

vir e se insere no mundo virtual, no Youtube e nas redes sociais, abrindo espaço para uma discussão plural de diferentes correntes de pensamento presentes no país e que dialogam com o pensamento liberal, com formações mais ou menos particulares, sustentando o núcleo duro dos princípios pontuais que nosso estatuto erige em fundamentos da ordem liberal: o liberalismo clássico, o liberal-conservadorismo (orbitando, sobretudo, em torno de Edmund Burke, autor a que Og Leme já fazia elogiosas referências, bem como outros pensadores brasileiros como Meira Penna e Merquior, que utilizam essa expressão), o social-liberalismo (de que o próprio Merquior se definia como adepto), o libertarianismo e o anarco-liberalismo (de autores como Rothbard). O IL também se abre a diferentes escolas econômicas com idéias liberais, desde os austríacos originais até o próprio Friedman, pela Escola de Chicago, e filosofias como o Objetivismo de Ayn Rand, que tenham algo com que enriquecer as reflexões alternativas que propõe suscitar.

Donald Stewart provavelmente não imaginava os frutos que sua ousadia faria nascer. Hoje, ainda há muito trabalho pela frente, e o país conheceu retrocessos em sua caminhada lenta e difícil, ainda distante da liberdade que ambicionamos e temos o direito – e o dever – de ambicionar. No entanto, mesmo não vislumbrando ainda as maiores vitórias que podem estar por vir, certamente Stewart ficaria orgulhoso com o novo vigor conquistado pelas ideias que sustentava apaixonadamente.

“A Arte de Governar”: o pensamento de Margaret Thatcher

*Lucas Berlanza **

Primera mulher na Inglaterra a atingir o cargo de primeiro-ministro – dispensando totalmente qualquer apoio das feministas de plantão, a quem, diga-se de passagem, detestava –, Margaret Thatcher, do Partido Conservador, é lembrada por sua atuação enérgica e convicta à frente do posto. Passando a imagem de intransigência e inflexibilidade,

sobretudo perante seus detratores da esquerda, Thatcher promoveu reformas privatizantes e liberais, inspirada nas ideias do economista austríaco Friedrich Hayek. Enfureceu os sindicatos britânicos, aos quais enfrentou sem arredar pé. Pense-se o que quiser sobre seus erros e acertos, é impossível ser indiferente a uma das personalidades mais importantes do século XX. Se existe uma Inglaterra antes e depois de Thatcher, também o mundo da Guerra Fria viu na coordenação de ações entre ela e seu amigo americano, o presidente Ronald Reagan, a linha de frente do que alguns chamaram, paradoxalmente ou não, de “revolução conservadora” contra o comunismo soviético. Editado pela Biblioteca do Exército no Brasil, o livro *A Arte de Governar*, reunindo seus pensamentos sobre a situação política mundial e sobre filosofia política, é um caminho precioso para penetrar um pouco na mente dessa personagem extraordinária.

O mundo segundo Thatcher

Avaliando as principais questões de relevância geopolítica que vislumbrava naquele não tão distante 2005, os recados de Thatcher, quer se concorde com eles ou não, permanecem profundamente atuais. Ecoando aí, sobretudo, sua mentalidade politicamente conservadora, ela considera que as conquistas da civilização ocidental, em especial no campo das liberdades adquiridas, não se encontram asseguradas, havendo muitos riscos em potencial. Segundo ela, “o Ocidente foi levado a acreditar que chegara o tempo para falar apenas das benesses da paz” e “ouvimos falar cada vez mais em direitos humanos e cada vez menos em segurança nacional. Passamos a gastar mais em bem-estar e menos em defesa.” O grande erro, salienta, é o de acreditar que, “dentro da aldeia global, só existem bons vizinhos”. A realidade é mais delicada: “democracia, progresso, tolerância – esses valores ainda não tomaram conta da Terra. E a única percepção a que chegamos ao ‘fim da história’ é de que vimos de relance o Armagedon”. Todo cuidado é pouco, portanto, nos diz Thatcher.

Thatcher afirma que nenhum dos grandes triunfos ocidentais nos conflitos da Guerra Fria determinou uma solução definitiva para a tensão

entre “liberdade e socialismo sob seus inúmeros disfarces”. Embora o modelo ocidental, “com governos agindo dentro de limites estritos de atuação e com máxima liberdade individual, dentro da justa medida da lei”, seja atestado pela realidade em sua eficácia, “sempre haverá líderes políticos e, cada vez mais, grupos de pressão que se dedicam a convencer as pessoas de que não podem realmente conduzir suas próprias vidas e de que o Estado deve fazer isso por elas”. Thatcher cita Hayek, em sua frase de *O Caminho da Servidão*: “a luta pela segurança tende a ser mais forte do que o amor à liberdade”. Rejeitando certos tradicionalismos que renegam a importância das estruturas liberais, e que não são, como se vê, sinônimos de todo o pensamento conservador, Thatcher acredita que o modelo ocidental de liberdade “é algo positivo e universalmente aplicável, embora com variações que reflitam peculiaridades culturais e outras condições”. É preciso, no mínimo, se mirar nesse modelo, tal como Edmund Burke dizia que se deve fazer com os princípios políticos: tratá-los como a luz que, ainda que conserve seu valor, sofre alterações em seu reflexo na água, tal como eles sofrem curvas dentro da realidade empírica.

Reconhecendo que os Estados Unidos conservam uma enorme importância no concerto das nações, Thatcher sustenta que em sua gênese há “um senso de responsabilidade pessoal e de aprimorada valorização individual do ser humano”, “alicerces gêmeos que sustentam a liberdade com ordem”. Thatcher enxergava a América como “a mais confiável defensora da liberdade no mundo, pois são os firmes valores dessa liberdade que dão sentido à sua existência”, ainda que as próprias esquerdas americanas estejam parcialmente atentando contra isso, pondo em risco a posição singular daquela grande nação. Ecoando o pensamento burkeano, ela difere a Revolução Americana, cujo propósito “era assegurar paz e prosperidade”, das Revoluções Francesa e Russa, por se calcar nas ideias inglesas de “direitos dos cidadãos, império da lei e governo limitado”. Assim, para ela, somente a América possui “capacidade tanto moral quanto material para exercer a liderança do mundo”, e o destino imediato desse mundo está na dependência do comportamento dessa liberdade dentro daquele país. Voltando a fazer pouco caso da ideia de

Francis Fukuyama de que teríamos chegado a um paradisíaco “fim da história”, Thatcher prefere manter as reservas diante da possibilidade de haver, em vez disso, um “choque de civilizações, com religiões e culturas opostas lutando pela supremacia”. Diz que as democracias devem enfrentar os violentos e fanáticos islâmicos adeptos do terrorismo, mas guiando-se pela prudência, por um planejamento sensato e cauteloso quanto aos alvos a serem atacados e os momentos adequados para se fazer isso, por não haver garantia nenhuma de que a ação militar ocidental opere milagres em terras inóspitas à liberdade.

Descrevendo a história de tradição totalitária e absolutista da Rússia, desde o czarado até o regime stalinista, Thatcher expõe as dificuldades do protecionismo e da economia controlada pelo crime e pela corrupção, que não permitem ao país desenvolver uma economia de mercado realmente avançada e livre de complexos sobressaltos. Alerta para a necessidade de prestar atenção aos russos, dado o seu poderio militar e nuclear, e para a máxima de que “a semente do perigo muitas vezes é lançada no solo da desordem e o mundo já aprendeu o quanto isso pode custar”. Prenunciando conflitos como o da Crimeia, ela chama a atenção para os problemas de relacionamento entre os russos e os vizinhos egressos da extinta URSS, advertindo para os riscos de o governo de Putin se caracterizar pelo autoritarismo, sob o pretexto de promover algumas reformas necessárias, o que teria de ser confirmado pelo tempo. Hoje, o presidente Putin coloca a pulga atrás da orelha dos ocidentais preocupados. Assim como os poderosos chineses, influentes na economia mundial, e que permanecem governados por um partido comunista e, portanto, essencialmente antiocidental, e os regimes ditatoriais ou autoritários de países como Coreia do Norte, Iraque, Síria, Líbia, Irã e Sudão, todos minuciosamente analisados por Thatcher em seu trabalho – antes, naturalmente, da chamada “Primavera Árabe”. Ela não deixou passar também, como podemos depreender, a relevantíssima questão do Islamismo e do Islã político e terrorista; sem deixar de reconhecer aspectos admiráveis na cultura dos países e intelectuais islâmicos com que travou contato, ela aponta que é necessário identificar no extremismo islâmico a causa do terrorismo a ser combatido. “Muitos líderes mu-

çulmanos que denunciam seguidamente Israel e conclamam para a luta contra a América não deviam ficar surpresos quando ovelhas de seus rebanhos agem da forma como entendem a doutrinação que recebem”, alfineta. Também não deixa de reconhecer que o Islamismo, ao menos na forma das sociedades constituídas com sua presença majoritária, apresenta dificuldades para evoluir em direção às instituições liberais, e isso precisa ser encarado como verdade em vez de com cegueira de conveniência.

É conhecida a oposição de Thatcher à criação da União Europeia. Seu grande receio, que ela deixa transparecer ao longo do livro, é que a ânsia esquerdista de criar um “mundo novo”, avançar sobre as diferenças regionais e nacionais, avançar sobre as soberanias institucionais dos países, na busca de seu ideal, pode se tornar uma centralização perigosa, inspirada em utopismos ineficazes. O projeto em curso de integração europeia seria uma concepção ideológica poderosa, difícil de barrar, mas que poderia trazer grandes dificuldades – e hoje, estivesse ela certa ou não em termos gerais, a existência de importantes problemas é notória. No entanto, essa questão só não é a passagem mais polêmica do livro por conta dos momentos em que Thatcher sustenta seu apoio estratégico a regimes autoritários como o de Suharto na Indonésia e Pinochet no Chile. Sua justificativa, sinteticamente, está na necessidade, em um mundo real, de “negociar, ainda que temporariamente, com regimes que não nos satisfazem e que em tempos foram objeto das nossas justas críticas”, concordando com seu antecessor ilustre na história do cargo de primeiro-ministro britânico, Churchill, que dizia que, “se Hitler invadissem o Inferno, eu tentaria, pelo menos, dizer algumas coisas agradáveis acerca do Diabo”.

O pensamento político da Dama de Ferro

Sem contenções, Thatcher ataca a hipocrisia da esquerda ao se dizer a grande baluarte dos direitos humanos, lembrando que “foi o Ocidente capitalista que obrigou o Leste socialista a tratar seus súditos como seres humanos e não como peões ou mercadorias”. Sentindo-se à vontade, ao considerar que conservadores e liberais foram os maiores promoto-

res da liberdade concedida a grandes parcelas da população planetária, Thatcher assumiu seu incômodo com a maneira por que essa expressão “direitos humanos” tem sido usada, de modo a “limitar a liberdade, em vez de ampliá-la”.

Traçando um histórico sobre a formação do conceito de “direitos humanos” nos países de língua inglesa, a Dama de Ferro enxergava neles uma concepção do tema que “se insere em um contexto institucional e é fruto de longa tradição”, ao contrário da perversão da “nova esquerda”, alvo de suas críticas. Assim como a Declaração de Direitos do Homem e dos Cidadãos de 1789, fruto da Revolução Francesa, que “mergulhou em uma tirania sangrenta que buscava justificação nessa doutrina de poder centralizado e praticamente sem limites”, a de um “democratis-mo” de base rousseauiana. Pareceu, salienta ela, ao lado inglês que as garantias fornecidas pelos “hábitos, pela tradição consolidada e pelo direito consuetudinário eram, de longe, mais válidas do que os princípios ‘democráticos’ propostos pelos demagogos”, o que levou “Edmund Burke, pai do conservadorismo, a dizer, referindo-se aos direitos naturais, que ‘sua perfeição abstrata é, na prática, um defeito’”. A partir daí, Thatcher considera que houve um entendimento problemático, inclusive em órgãos internacionais, de considerar objetivos “geralmente importantes como ‘direitos’, sem reconhecer que sua satisfação depende de circunstâncias e, sobretudo, da vontade de um grupo de pessoas que se disponha a aceitar restrições em favor de outras”. Embora frise sempre a importância dos valores que sustenta, ela lembra que as restrições aos abusos de poder devem ser harmonizadas com as “peculiaridades, instituições e costumes das nações”, dado que “as constituições precisam ser autênticas, não basta serem escritas”.

Thatcher encerra seu livro com uma longa abordagem sobre o capitalismo. Segundo ela, a economia de mercado se impôs de tal forma que mesmo governos de centro-esquerda e governos nomeadamente comunistas aceitaram ceder à sua superioridade em diversos aspectos gerais, mas é preocupante que seja aceita apenas por sua funcionalidade, sem que se defendam os aspectos morais e sociais que a sustentam. Procu-

rando empreender esse esforço, ela identifica, no pensamento de Adam Smith, a noção do mercado como a troca entre pessoas desconhecidas numa sociedade ampla, movidas pelos seus interesses, embora rejeite a noção de que o “pai do liberalismo” tivesse um pensamento calcado no egoísmo. Ele, “que era mais moralista que economista”, acreditava na importância das virtudes e da “caridade”, da mesma forma por que dizia que o conservador Edmund Burke era a pessoa que detinha as opiniões mais similares às dele que ele próprio já havia conhecido.

O atomismo moral e o culto ao egoísmo de certos segmentos libertários, conquanto os respeitemos, não teria eco em Smith, e não tem, naturalmente, eco em Thatcher. O que ela deduz é que, em grupos amplos, “cujos membros não conhecem as necessidades dos outros e não se pode esperar que se preocupem com elas, a expectativa mais realista e objetiva que se pode fazer é admitir que o interesse próprio prevalecerá”. Infelizmente, apesar dessa verdade, ainda somos muito tendentes a “acreditar nas boas intenções dos formuladores de regulamentos e burocratas”. Na verdade, a grande qualidade que Thatcher enxerga no livre mercado está no fato de que as vantagens por ele oferecidas “podem se materializar independentemente de considerações de natureza humana e, portanto, sem precisar se engajar em tentativas coercitivas para moldá-la ou transformá-la”, tentativas que, convertidas em política de governo, sempre resultaram em desastre na história.

Ela soma o pensamento de Hayek ao de Adam Smith, referenciando o austríaco precisamente em sua defesa da ordem espontânea, de um pensamento não-esquemático em organização social, tudo isso calcado na valorização de instituições importantes, entre as quais ela destaca a propriedade privada, o império da lei – e aí Thatcher faz uso do filósofo britânico Roger Scruton, para definir esse império como “a forma de governo em que nenhum poder pode ser exercido, a não ser que o seja de acordo com normas, princípios e limitações estabelecidas em lei e no qual um cidadão pode recorrer contra qualquer outro, por mais poderoso que seja, e contra funcionários do próprio Estado, em consequência de ato que envolva violação da lei” –, a cultura – pois, para Thatcher,

é preciso que o ambiente cultural apresente, ou ao menos se permita permear por determinados valores culturais que facilitem a aceitação da livre iniciativa – e a diversidade de países independentes e concorrentes.

Para Thatcher, “a esquerda não reconhece a importância de limitar o ônus do Estado sobre a economia”, insistindo em que “é o Estado que cria riqueza, a qual é distribuída (ou redistribuída) às pessoas”. Ao assumir que alguns partidos considerados de direita procuram competir com a esquerda na rejeição ao livre mercado e na defesa de aumentos intoleráveis nos gastos públicos, Thatcher puxa suas orelhas, advertindo que essa é uma competição em que sempre serão derrotados, afinal fazem uso de um discurso no qual a esquerda é mestre e senhora absoluta. Nesse ponto, ela faz uma análise da Terceira Via, adotada pelo primeiro-ministro do Partido Trabalhista, Tony Blair, e que influenciou governos de centro-esquerda no mundo, como o do nosso ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Reconheceu que ele manteve boa parte das reformas que ela e os conservadores haviam realizado, mas seu esquerdismo se fez presente em um aumento robusto das regulamentações na economia e nos impostos.

Ela reconhecia a necessidade de certas políticas para garantir condições mínimas a setores da sociedade, mas pretendia que, sempre que possível, a ação do governo facultasse ao máximo a escolha individual. Nesse ponto, ela sugere algo muito similar ao sistema de vouchers de Milton Friedman, com a concessão de “bolsas ou créditos para estudantes em vez de recursos de aplicação centralizada”, e condena com veemência o sistema de cotas para harmonizar racialmente e culturalmente uma sociedade, o que para ela é “intolerável”, além de inútil, porque segrega ainda mais em vez de unir. Sobre a pobreza no chamado Terceiro Mundo, o problema, Thatcher diagnostica, é a falta de liberdade econômica, situação que o Banco Mundial agravou, “emprestando dinheiro para cobrir necessidades de governos incompetentes”, ao contribuir para que permanecessem no poder. Não deixou de comentar nem sequer o catastrofismo dos ambientalistas, dizendo que, “sejam quais forem as medidas que venhamos a adotar para enfrentar problemas ambientais,

devemos preservar a capacidade de nossas economias para crescer e se desenvolver, porque sem crescimento não se pode gerar a riqueza indispensável ao financiamento da proteção do meio ambiente”. Discutiu a “globalização”, alegando que essa integração entre diferentes culturas não é algo exatamente inédito e que, embora os conservadores como ela devam, no dizer de Burke, se afeiçoar ao “pequeno círculo” social que lhes é mais próximo como etapa básica da estima pública, conducente ao amor “à pátria e à humanidade”, não devem confundir isso com a rejeição aos avanços econômicos e sociais do mundo moderno.

Certo de que esta análise já se alonga, creio que esteja claro o quanto o livro é recomendável e em que medida a inolvidável Margaret Thatcher se preocupava com as questões do mundo contemporâneo a ponto de seus prognósticos e questionamentos poderem ser perfeitamente levantados hoje, dez anos depois. Fechamos com o parágrafo final de sua obra, que expressa plenamente o âmago de seu recado: “a exigência de responsabilidade e limitações para o exercício do poder, a certeza de que a força não prevalecerá sobre a justiça e a convicção de que os seres humanos possuem, na condição de indivíduos, um valor moral absoluto que deve ser respeitado por qualquer governo são aspectos peculiares enraizados na cultura política dos povos de língua inglesa. São os alicerces da arte de governar civilizada. Constituem nosso permanente legado para o mundo”.

A verdadeira miséria

*João César de Melo**

Já que a grande mídia e a intelligentsia se esforçam em festejar o assistencialismo, a despeito de seus efeitos colaterais, torna-se pertinente recorrermos ao testemunho de um profissional que vive e trabalhou dentro desse ambiente de “fraternidade” estatal.

Theodore Dalrymple é um psiquiatra inglês que trabalhou por muitos anos em presídios e hospitais de bairros pobres da Inglaterra e da Áfri-

ca. Em seu livro *A Vida na Sarjeta* ele relata suas experiências expondo a degradação moral e existencial da maioria dos beneficiados pelas políticas de bem-estar social de seu país, as quais, assim como no Brasil, dividem a sociedade em dois grupos de cidadãos: um que só tem deveres e outro que só tem direitos.

Dalrymple começa nos lembrando que ao longo do último século o pobre deixou de ser alguém sem as mínimas condições de sobrevivência para se tornar um cidadão que apenas não tem o que os mais ricos têm; “pobres” que, em sua maioria, desfrutam de “comodidades e confortos que dariam inveja a um imperador romano ou a um monarca absolutista”, em suas próprias palavras. Tal percepção faz com que o psiquiatra aponte como a verdadeira pobreza de nosso tempo a total ausência de responsabilidade das pessoas beneficiadas pelos programas de bem-estar social. A luta pela subsistência, que confere orgulho e responsabilidade ao homem, vem sendo substituída pela tutela estatal que oferece tudo a todos que se apresentam como pobres independentemente da conduta de cada indivíduo, criando uma classe de pessoas depressivas, ingratas, arrogantes e sem interesses além dos prazeres das drogas, do sexo e do crime.

No decorrer do livro, o psiquiatra não traz apenas dezenas de casos que representam os dramas cotidianos da população que vive à custa dos programas sociais, mas também os relaciona com as teses socialistas sobre educação, liberdade sexual, juízo de valores e criminalidade.

Na educação, Dalrymple comenta o esforço dos trabalhistas em desvalorizar o conhecimento da língua inglesa como forma de interromper o avanço do “imperialismo cultural burguês” e também a política oficial de que o aluno deve ser preservado de quaisquer constrangimentos, tais como notas baixas ou punições por indisciplina. Ele cita o caso de um colégio onde os professores são proibidos de fazer mais do que cinco correções por prova.

As “boas intenções” socialistas simplesmente tiraram dos professores a função de ensinar qualquer coisa que possa mostrar que alguns alu-

nos são mais inteligentes que outros. O professor foi rebaixado a um mero agente recreativo. O incentivo ao interesse pela matemática e por outras ciências nas escolas dos bairros mais pobres foi substituído por atividades que supervalorizam a cultura desses bairros. O resultado disso são jovens semianalfabetos, que não conseguem sequer preencher formulários e fazer operações matemáticas básicas (continuo falando sobre a Inglaterra), o que desqualifica profissionalmente essa parcela da população enquanto concentra o estudo científico e da alta cultura nas escolas dos bairros mais ricos.

Dalrymple relata também os resultados das políticas de incentivo à liberdade sexual, as quais favoreceram os impulsos masculinos em prejuízo da dignidade das mulheres mais pobres, condenando crianças a vidas preenchidas pelo medo e pela violência.

Quando se une uma educação desleixada à política de que uma pessoa, simplesmente por ser pobre, não precisa ter responsabilidades, automaticamente se inicia um ciclo vicioso que pode ser resumido a mulheres tendo diversos filhos de pais diferentes, cada um deles igualmente irresponsáveis e/ou viciados em drogas, que invariavelmente utilizam-se da violência como forma de estabelecer propriedade sobre as mulheres ou mesmo para dar vazão a seus desvios comportamentais, tudo, por terem a certeza de que tal comportamento lhes garante os benefícios dos programas assistenciais.

Um procedimento padrão dos agressores é tomar uma intencional overdose de drogas ou de pílulas logo depois de cometerem suas violências, pois isso os qualifica, perante as leis de bem-estar social, como doentes, não como criminosos; sendo doentes, recebem uma dúzia de benefícios do governo, incluindo a liberdade. Isso explica a absurda reincidência de violência contra as mulheres, resultando também na morte de muitas crianças fruto de relações totalmente desprovidas de valores morais.

Essa realidade está intimamente ligada à política de não manifestação de juízos de valor, tão defendida pela esquerda – não há certo ou errado, há apenas “diferenças”.

Quando as pessoas são qualificadas em grupos, o caráter e a conduta de cada indivíduo perde importância, o que cria as piores injustiças. Enquanto uma parcela dessa população pobre luta por uma vida digna e independente por meio do trabalho, a outra parcela abraçada pela benevolência estatal curte a vida desrespeitando e violentando uns aos outros despididamente. Dalrymple cita um pedido padrão de seus pacientes: Que ele faça relatórios apresentando-os como dependentes químicos, com histórico de overdoses ou como viciados em jogos; no caso das mulheres, que lhes sejam conferidos laudos de que fizeram diversos abortos, que tiveram namorados violentos, que também são viciadas em drogas e jogos etc. “Em nenhum caso alguém me pediu que escrevesse que é um cidadão decente, trabalhador e honrado”, relata o psiquiatra, comprovando a percepção das pessoas atendidas pelos programas sociais de que os desvios de comportamento lhes conferem muitas vantagens.

No combate ao crime os absurdos não são menores. Os indivíduos mal intencionados e identificados pelo Estado como sendo pobres ou negros ou imigrantes sabem que a lei lhes concede tratamento especial, sabe que a polícia preocupa-se mais com a opinião da inteligência do que com a criminalidade, por isso praticam os mais diversos tipos de “pequenos crimes”, tais como depredações, furtos e agressões. A delinquência desses jovens tornou-se cultura, cujas vítimas são seus vizinhos pobres, porém, honestos e trabalhadores. Mais: overdoses também são recursos utilizados sistematicamente na véspera de audiências em tribunais e na véspera do primeiro dia de trabalho, o que lhes garante a convivência da justiça numa situação e mais alguns meses de seguro desemprego na outra.

Assim como no Brasil, os delinquentes ingleses pegos em flagrante sempre apresentam-se como vítimas do capitalismo, do racismo, etc, quando, na verdade, eles optam pela vida que levam, o que é comprovado, segundo o psiquiatra, pelos tantos casos de irmãos que mesmo tendo sido criados sob as mesmas circunstâncias, optam por caminhos diferentes.

A conclusão que chegamos ao ler o livro não se resume à percepção de

que a política de bem-estar social cria uma geração de pessoas improdutivas e/ou autodestrutivas, mas também que tal política inviabiliza a caridade privada, cujas ações sempre são muito mais justas e eficientes do que os programas de grande escala realizados pelos governos.

A Vida na Sarjeta, de Theodore Dalrymple, compõe a longa lista dos livros que os socialistas se recusam a ler.

3

NOÇÕES BÁSICAS SOBRE ECONOMIA

Economia faz parte das nossas vidas e a sua dinâmica nos afeta diretamente, mesmo que não percebamos. Seus dados são também exaustivamente levantados e manipulados por agendas políticas, que nos abocanham como presas indefesas se não estivermos municiados pela arma mais poderosa de todas: a informação. Cumprindo sua missão, o Instituto Liberal publicou apreciações didáticas e técnicas da conjuntura econômica nacional e internacional, bem como explicações básicas das leis e princípios que fundamentam essa disciplina. Abrimos a terceira parte desta compilação confrontando os índices em Cuba antes e depois da malfadada revolução socialista que empossou a dinastia Castro. Diante da miséria africana, o segundo artigo tenta refutar a velha crítica de acordo com a qual o capitalismo liberal é o responsável. Outros dois mitos, o que versa escandalosamente sobre as mulheres receberem menos do que os homens como se no mundo empresarial imperasse a opressão machista, e o que aponta o aumento de impostos como algo que deve trazer benefícios aos mais pobres, são temas dos trabalhos seguintes. Em exemplo de interação dos articulistas do IL com seus leitores, o quinto texto da seção é uma resposta notável, com clareza e objetividade, às principais dúvidas quanto ao valor do modelo capitalista liberal. Em tempos de crise, escancaram-se as portas para quem deseja adotar atitudes destrambelhadas, como aumentar imposto apostando que isso aumentaria a arrecadação; o próximo artigo desmonta essa falácia. O penúltimo artigo apresenta uma excelente notícia que testemunha as qualidades do capitalismo: a pobreza extrema no mundo já está abaixo dos 10 % da população. E por último apresentamos uma análise lúcida e pertinente sobre a ganância na ótica da Escola Austríaca. Viva o liberalismo!

Cuba: antes e depois de 1959

*Mario Guerreiro**

Como se sabe, os admiradores da Revolução Cubana costumam pintar um falso quadro da Perla del Caribe, tanto no que se refere a antes de 1959, como no que se refere a depois desta data da grande mudança levada a cabo por El Comandante Fidel Castro y los barbudos.

Em 1959, Cuba era um país semi-industrializado, mas com um padrão razoável de vida, graças ao intenso turismo com seus magníficos cassinos e suas belas praias. É verdade que ainda tinha grandes bolsões de pobreza, principalmente nas suas grandes fazendas de cana-de-açúcar e de tabaco.

Depois de 1959, Cuba continuou um país semi-industrializado, tendo sua produção agrícola subsidiada pela URSS em troca de produtos industrializados soviéticos. O fato é que a URSS nada fez para promover a industrialização da Ilha.

Revoluções comunistas só ocorreram, até hoje, em países semiagrários ou semi-industrializados, como Rússia, China, Coreia do Norte, Cuba, países africanos, etc., só para contrariar Karl Marx, o profeta caolho, que aguardava a revolução em países capitalistas avançados, como a Inglaterra e a Alemanha.

Com a dissolução da URSS quarenta anos depois (1989), a situação socioeconômica de Cuba piorou, mas em breve tempo continuou sendo salva da desgraça completa, graças aos petrodólares de Hugarila Chávez.

E hoje parece ter ganho um novo alento com o restabelecimento diplomático feito pelo socialista Barack Obama abençoado por um Papa igualmente socialista. No entanto, é bastante duvidoso que o fim do bloqueio comercial – ainda não aprovado pelo Congresso Americano – venha a produzir um grande desenvolvimento socioeconômico em Cubanacan, misterioso país del amor.

Iremos apresentar em seguida um breve relato dos pontos positivos de

Cuba antes da Revolução de 1959. Ao lê-lo, o leitor certamente será levado a perceber que Cuba ficou muito pior do que estava antes de 1969 e que perdeu todas as expectativas que tinha de um futuro promissor.

“A primeira nação da América espanhola, incluindo a Espanha e Portugal, que utilizou máquinas e barcos a vapor foi Cuba, em 1829. A primeira nação da América Latina e a terceira no mundo (atrás da Inglaterra e dos EUA), a ter uma ferrovia foi Cuba, em 1837. Foi um cubano que primeiro aplicou anestesia com éter na América Latina em 1847. A primeira demonstração, em nível mundial, de uma indústria movida à eletricidade foi em Havana, em 1877.

Em 1881, foi um médico cubano, Carlos J. Finlay, que descobriu o agente transmissor da febre amarela e definiu sua prevenção e tratamento. O primeiro sistema elétrico de iluminação em toda a América Latina (incluindo Espanha) foi instalado em Cuba, em 1889. Entre 1825 e 1897, entre 60 e 75% de toda a renda bruta que a Espanha recebeu do exterior veio de Cuba. Antes do final do Século XVIII Cuba aboliu as touradas por considerá-las “impopulares, sanguinárias e abusivas com os animais”.

O primeiro bonde (elétrico) que circulou na América Latina foi em Havana em 1900. Também em 1900, antes de qualquer outro país na América Latina, foi em Havana que chegou o primeiro automóvel.

A primeira cidade do mundo a ter telefonia com ligação direta (sem necessidade de telefonista) foi em Havana, em 1906. Em 1907, estreou em Havana o primeiro aparelho de Raios-X em toda a América Latina. Em 19 de maio de 1913, quem primeiro realizou um voo em toda a América Latina foram os cubanos Agustin Parla e Rosillo Domingo, entre Cuba e Key West, que durou uma hora e quarenta minutos.

O primeiro país da América Latina a conceder o divórcio a casais em conflito foi Cuba, em 1918. O primeiro latino-americano a ganhar um campeonato mundial de xadrez foi o cubano José Raúl Capablanca, que, por sua vez, foi o primeiro campeão mundial de xadrez nascido em um país subdesenvolvido. Ele venceu todos os campeonatos mundiais de

1921-1927

Em 1922, Cuba foi o segundo país no mundo a abrir uma estação de rádio e o primeiro país do mundo a transmitir um concerto de música e apresentar uma notícia pelo rádio. A primeira locutora de rádio do mundo foi uma cubana: Esther Perea de la Torre.

Em 1928, Cuba tinha 61 estações de rádio, 43 delas em Havana, ocupando o quarto lugar no mundo, perdendo apenas para os EUA, Canadá e União Soviética. Cuba foi o primeiro país no mundo em número de estações por população e área territorial.

Em 1937, Cuba decretou pela primeira vez na América Latina, a jornada de trabalho de 8 horas, o salário mínimo e a autonomia universitária. Em 1940, Cuba foi o primeiro país da América Latina a ter um presidente da raça negra, eleito por sufrágio universal, por maioria absoluta, quando a maioria da população era branca. Ela se adiantou em 68 anos aos Estados Unidos. Em 1940, Cuba adotou a mais avançada Constituição de todas as Constituições do mundo.

Na América Latina, foi o primeiro país a conceder o direito de voto às mulheres, igualdade de direitos entre os sexos e raças, bem como o direito de as mulheres trabalharem.

O movimento feminista na América Latina apareceu pela primeira vez no final dos anos trinta em Cuba. Ela se antecipou à Espanha em 36 anos, que só vai conceder às mulheres espanholas o direito de voto, o de posse de seus filhos, bem como poder tirar passaporte ou ter o direito de abrir uma conta bancária sem autorização do marido, o que só ocorreu em 1976.

Em 1942, um cubano se torna o primeiro diretor musical latino-americano de uma produção cinematográfica mundial e também o primeiro a receber indicação para o Oscar norte-americano. Seu nome: Ernesto Lecuona. O segundo país do mundo a emitir uma transmissão pela TV foi Cuba em 1950. As maiores estrelas de toda a América que não tinham chance em seus países foram para Havana para atuarem nos seus

canais de televisão.

O primeiro hotel a ter ar condicional em todo o mundo foi construído em Havana: o Hotel Riviera em 1951. O primeiro prédio construído em concreto armado em todo o mundo ficava em Havana: o Focsa, em 1952. Em 1954, Cuba tem uma cabeça de gado por pessoa. O país ocupava a terceira posição na América Latina (depois de Argentina e Uruguai) no consumo de carne per capita. Em 1955, Cuba é o segundo país na América Latina com a menor taxa de mortalidade infantil (33,4 por mil nascimentos).

Em 1956, a ONU reconheceu Cuba como o segundo país na América Latina com as menores taxas de analfabetismo (apenas 23,6%). As taxas do Haiti eram de 90%; e Espanha, El Salvador, Bolívia, Venezuela, Brasil, Peru, Guatemala e República Dominicana, 50%. Em 1957, a ONU reconheceu Cuba como o melhor país da América Latina em número de médicos per capita (1 por 957 habitantes), com o maior percentual de casas com energia elétrica, depois do Uruguai; e com o maior número de calorias (2870) ingeridas per capita.

Em 1958, Cuba é o segundo país do mundo a emitir uma transmissão de televisão a cores. Em 1958, Cuba é o país da América Latina com maior número de automóveis (160.000, um para cada 38 habitantes). Era quem mais possuía eletrodomésticos. O país com o maior número de quilômetros de ferrovias por km² e o segundo no número total de aparelhos de rádio. Ao longo dos anos cinquenta, Cuba detinha o segundo e terceiro lugares em internações per capita na América Latina, à frente da Itália e mais que o dobro da Espanha.

Em 1958, apesar da sua pequena extensão e possuindo apenas 6,5 milhões de habitantes, Cuba era a 29ª economia do mundo. Em 1959, Havana era a cidade do mundo com o maior número de salas de cinema: 358, batendo Nova York e Paris, que ficaram em segundo lugar e terceiro, respectivamente.

E depois o que aconteceu? Veio a Revolução comunista com seus amigos absolutistas.” (Jayro Longuinho de Franco, colhido na Internet).

Complementa o relato acima este outro mais sucinto, porém bastante revelador do retrocesso socioeconômico cubano:

“Na década de 1960, fiz um trabalho sobre a produtividade da cana de açúcar. Lembro-me bem que naquela época a produtividade da cana em Cuba, exatamente 55,2 ton/ha, era mais do dobro da produtividade no Brasil, exatamente 22,6 ton/ha. Hoje, a produtividade no Brasil, 70 ton/ha, é mais do dobro da produtividade de Cuba, 30 ton/ha.

Em 1959, a renda média per capita em Cuba era a segunda maior da América Latina. Hoje, sua renda média per capita só fica acima da do Haiti”. (Obs. minha: Diga-se de passagem: o que não é nenhuma vantagem). [Relato transcrito de Francisco Lacombe, em Rede Liberal, 30/9/2013].

Liberalismo na África

*João César de Melo**

Podemos medir a ignorância de uma pessoa por meio do grau de sua convicção ao dizer que as mazelas africanas são causadas pelo capitalismo. A verdade é que a África sempre foi vítima de seus próprios governos. Chefes tribais escravizavam e comercializavam pessoas antes da chegada dos europeus; e os descendentes desses chefes é que incitam os conflitos e a violência dos dias de hoje. O colonialismo no continente foi um conjunto de acordos entre governos estrangeiros e governos locais. O apartheid na África do Sul, imposto pelo governo inglês, foi estendido pelos governos que o sucederam – e é sempre bom lembrar que o apartheid também foi uma segregação econômica. Seja qual for o ângulo da análise, veremos as mãos do Estado alimentando e administrando a tragédia social para seu próprio benefício.

Li, dias atrás, o ensaio *Capitalismo Global e Justiça*, escrito por June Arunga, produtora de cinema queniana.

De forma objetiva e corajosa, Arunga deixa bem claro que o subdesen-

*Publicado originalmente no site do Instituto liberal em 30 de abril de 2015.

volvimento do continente é causado pela falta de liberdade econômica. “Nossos próprios governos estão nos machucando: eles nos roubam, nos impedem de praticar comércio e mantém os pobres oprimidos”, afirma. Segundo ela, os maiores esforços dos governos africanos são em atrair investimentos estrangeiros, concedendo a eles as facilidades que negam à população local. Arunga aponta também a “ajuda” internacional como grande responsável pela pobreza, já que “desconecta os governos de seu próprio povo, pois as pessoas que estão pagando as contas não estão na África, mas em Paris, Washington e Bruxelas”, em suas palavras.

Os bilhões de dólares que os países ricos despejam na África por meio de ações humanitárias e empréstimos são a principal fonte de corrupção e de estagnação social e econômica, pois faz da pobreza um grande negócio para políticos, partidos, funcionários públicos de alto escalão e grandes empresas locais e estrangeiras.

Os governos dificultam e até sabotam o trabalho de ONGs dispostas a ajudar as comunidades mais pobres na mesma medida em que se esforçam para canalizar em si mesmos a entrada de recursos; e nesse processo, assim como vemos no Brasil, muitas e muitas frações desse dinheiro são desviadas para os bolsos de agentes do governo, sobrando muito pouco para aqueles que realmente precisam. No caso de zonas de conflito, a situação chega ao absurdo de governos condicionarem o envio de alimentos e de medicamentos à inclusão de armas clandestinas nos carregamentos. Porém, segundo a autora, o que mais causa impacto na vida das pessoas é a falta de liberdade econômica, dando como exemplo as restrições nos serviços bancários e de fornecimento de água, “ignorando as habilidades de nosso próprio povo para utilizar seu conhecimento local de tecnologia, preferências e infraestrutura”. Acrescento o problema gerado pelo fundamentalismo islâmico que, além de incitar discriminações e violências absurdas, ainda rejeita o potencial intelectual e produtivo das mulheres.

A falta de uma economia livre, forte e diversificada faz com que os países africanos e a grande maioria dos países árabes tenham em comum altos índices de desemprego; e o pouco de emprego formal que existe con-

centra-se no Estado. Como isso se sustenta? Não se sustenta. Por isso são pobres. Por isso vivem buscando a guerra, seja contra o vizinho, seja contra o “grande satã”.

Por isso tantas pessoas tentam desesperadamente fugir desses países.

Arunga deixa bem claro que os governos locais são os principais responsáveis pelos monopólios controlados por empresas estrangeiras – hoje, a maioria sendo russas e chinesas. Os próprios governos sabotam o empreendedorismo local em troca de suborno estrangeiro; ou, como ela mesma diz: “Somos roubados da oportunidade de inovar, de fazer uso de nossa mente, de melhorar nossa situação com nossa própria energia e intelecto. Em longo prazo, é o maior crime cometido contra nós”.

Seu depoimento remete ao trabalho do economista sueco Johan Norberg que, por meio de uma vasta pesquisa, comprovou os grandes benefícios que o capitalismo levou ao continente mesmo que ainda não prevaleça como sistema econômico. O pouco de liberdade oferecida pelos governos permite que as “ambições capitalistas” façam chegar aos africanos automóveis, motocicletas, motores, geradores de energia, telefones celulares, eletrodomésticos, materiais básicos de construção civil etc, inúmeros produtos que potencializam talentos e pequenos empreendimentos oferecendo pelo menos alguma melhoria na qualidade de vida das pessoas. A verdade que nos sobrevoa é que, se os governos locais permitissem, muitos desses produtos seriam produzidos pelos próprios africanos para o consumo deles e também de outras populações; o contrário do que ocorre atualmente, onde os governos concedem apenas licença de exploração de recursos naturais.

O depoimento de June Arunga lembra a situação do nordeste brasileiro, onde o povo também é mantido pobre por meio de um conjunto de medidas assistenciais e monopolistas – o Estado monopolizando a caridade e a geração de renda. A Região Nordeste possui excelente localização geográfica, mão-de-obra e terra baratas que certamente atrairiam muitos empresários se não fosse as imposições “trabalhistas” que ignoram completamente as características locais. Estado e burguesia socialista

preferem que milhões de pessoas sobrevivam à custa do Bolsa Família em vez de trabalharem e receberem salários abaixo do valor médio praticado na Região Sudeste mas, certamente, superior ao da esmola estatal; e mesmo que permitissem a plena flexibilidade nas relações de trabalho, cada empresário interessado em obter seus lucros oferecendo trabalho e renda para a população do interior do nordeste se depararia com vereadores e prefeitos dedicados a lhes tomar dinheiro em troca da licença para oferecer emprego para as pessoas.

Não apenas nesses últimos 12 anos de PT, mas desde sempre, a Região Nordeste foi tratada apenas como uma canalizadora de dinheiro estatal para fins políticos, vide a pobreza da população em relação ao poder que os deputados e senadores nordestinos têm no Congresso Nacional. Os esforços estatais para viabilizar as grandes e equivocadas obras de infraestrutura no nordeste são inversamente proporcionais à vontade de oferecer liberdade para os próprios nordestinos empreenderem negócios e melhorarem de vida

Mulheres não recebem 21% a menos

*Ivo Paulo S. Lima**

Estudo da FEE (Fundação de Economia e Estatística) demonstra que a diferença salarial entre homens e mulheres é três vezes menor que a indicada pela PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), do IBGE, se levados em conta alguns critérios de produtividade.

Os dados da pesquisa levam ao entendimento de que empresários não pagam 21% a menos para uma mulher apenas por ela ser mulher. Eles pagam menos para quem produz menos. A questão a se observar é: por que as mulheres produzem menos?

A pesquisa deixa claro que há um papel cultural na diminuição da produtividade feminina. Por exemplo, “os dados sugerem que a diferen-

ça salarial diminuiria se os homens dividissem os afazeres domésticos com as mulheres”, afirma Guilherme Stein, um dos responsáveis pela pesquisa. Mas por que a divisão desses afazeres, segundo a pesquisa, não costuma ocorrer? As mulheres são vítimas de alguma coerção, são obrigadas a adotar certos estilos de vida, ou possuem liberdade para fazer suas próprias escolhas? E ainda, quais seriam as respostas a essas mesmas questões se elas se referissem aos homens?

Será que todo esse problema realmente é uma construção social, uma característica cultural nossa? E, se sim, como devemos agir diante disso? Impondo nossos ideais culturais sobre outras pessoas? Ou “apenas” fazendo a nossa parte, e vivendo a nossa vida como achamos correto?

Voltando ao patrão que paga menos para quem produz menos, fica claro que a solução para o problema não é forçá-lo a pagar salários rigorosamente iguais para ambos os sexos (isso só aumentaria a propensão dele a contratar homens, em detrimento de mulheres, já que a produtividade deles, conforme apontado pelo estudo, costuma ser maior). É preciso pensar para além da malvadeza ou do machismo implacável do patrão; é preciso pensar em como os indivíduos se relacionam, e quais são os incentivos aos quais eles são submetidos.

Chego à conclusão de que devemos priorizar a liberdade individual. Se um homem e uma mulher podem viver como querem, dividindo, a critério do casal, as responsabilidades familiares (seja com ambos trabalhando em tempo integral ou não), por que devemos enxergar isso como um problema?

Não há nada de errado em sonhar com uma sociedade que espera o mesmo de homens e mulheres. O errado é querer obrigar a que homens e mulheres vivam suas vidas conforme a sociedade ideal com que se sonha.

Para finalizar, uma dica: contrate mulheres e economize cerca de 7% na folha salarial. Se elas recebem menos por um mesmo serviço, por que continuar contratando homens?

Como os impostos prejudicam os pobres?

*Jefferson Viana**

Viver no Brasil atual está complicado. Cada vez mais o paquidérmico Estado pesa sobre o cidadão. Muitos fatores contribuem para tal afirmação: carga tributária altíssima, burocracia em doses cavalares, inflação em disparada, juros extorsivos, infraestrutura atrasadíssima e arcaica, leis trabalhistas que impedem a geração de empregos, corrupção e ineficiência de boa parte dos servidores públicos, protecionismo imbecil da fraquíssima indústria nacional e gestão infantil dos recursos públicos.

Todas essas coisas têm em comum dois aspectos: são geradas pelos governos e prejudicam a parcela mais pobre da sociedade. Mas nesse artigo irei tratar dos impostos, em especial.

Impostos são todas as tarifas cobradas pelo Estado em cima de produtos, serviços ou dinheiro recebidos por qualquer pessoa, com a intenção de uso para o bem comum. Moral da história: o governo toma parte do seu dinheiro para devolvê-lo em forma de serviços e benesses, que você poderia pagar se o governo não lhe tirasse. O indivíduo trabalha 44 horas por semana sem alguma ajuda governamental. Todavia, quando você recebe seu salário, além do Estado levar uma parte do seu pagamento via INSS, FGTS, contribuição sindical e outros encargos, embute uma taxa abusiva no valor final de produtos e serviços, com a desculpa que o valor será utilizado para a manutenção de serviços como educação, saúde, manutenção de estradas, segurança, justiça e outros mais.

Nossos amigos socialistas irão questionar – mas e os pobres? Eles são isentos de Imposto de Renda e não podem pagar por serviços privados. Caro amigo, cerca de 40% de tudo que é ganho é perdido em taxas sobre consumo; mais 8% de FGTS descontados em contracheque que lhe são devolvidos em rendimento pífio em aplicação na Caixa Econômica Federal, e quando o governo bem entender.

Porém o nosso caro amigo retruca dizendo que o governo financia a habitação via FGTS, no programa Minha Casa, Minha Vida. Então

o nosso querido amigo acha totalmente correto o Estado decidir onde eu quero usar o meu dinheiro. E ainda temos o INSS, um sistema de pirâmide Ponzi onde o trabalhador participa independente da sua vontade. No final das contas, mesmo a camada mais humilde sendo isenta do Imposto de Renda, deixa cerca de 60% de seus vencimentos na mão do governo.

Para dar um exemplo: um trabalhador recebe R\$ 1.500 por mês, e tem apenas R\$ 600 disponíveis para sua utilização, pois o governo levou boa parte de seu salário via descontos em folha, tarifas sobre serviços e taxas sobre o consumo. Se não houvesse impostos, esse mesmo trabalhador teria mais R\$ 900 disponíveis. Com esse valor a mais, ele poderia pagar um bom plano de saúde e uma escola/faculdade particular, mesmo nesse sistema atual em que vivemos. Que dirá em um ambiente de livre-concorrência, onde os preços tendem a cair.

Em um ambiente livre de encargos ou com impostos bastante reduzidos, o poder de compra do indivíduo tende a aumentar. Logo, diminuindo os índices de pobreza.

A desculpa para a cobrança de tributos é a promoção da igualdade social. Porém, aqui, no nosso país, como em outros países da América Latina e África, o tipo de tributo cobrado gera ainda mais desigualdade. Por aqui, a cobrança sobre o consumo representa 44% do total, enquanto as cobranças sobre renda e patrimônio somam 26% do bolo. Se tomarmos países que são considerados desenvolvidos como exemplo, veremos que acontece o inverso: a maior parte dos impostos é cobrada sobre renda e patrimônio e não sobre consumo. Nos Estados Unidos, cerca de 18% do total incide no consumo e 56% é sobre renda e patrimônio; no Canadá, 24% contra 57%; no Reino Unido, 30% x 50%.

Quando a instituição governamental cobra mais impostos no consumo que na renda e patrimônio, ela está prejudicando quem usa a maior parte do seu salário para fins de consumo. O indivíduo que ganha R\$ 1.500, consome todo o seu dinheiro, não conseguindo poupar nada. Logo, ele é altamente tributado em todo o seu vencimento. O sujeito

que ganha R\$ 20.000 por mês, consome apenas uma parte do salário dele em consumo, poupando ou investindo a outra parte restante do seu vencimento. Portanto, a tributação mais alta incide sobre uma porcentagem menor de seu salário do que incide no salário do mais pobre. Isso favorece o acúmulo de capital por parte dos ricos e impede o pobre de acumular riquezas, visto que não conseguem poupar, aumentando cada vez mais o abismo social entre os pobres e a classe média, e entre a classe média e os ricos.

Os governos das nações em “desenvolvimento” alegam que este tipo de cobrança se dá, justamente, pelo fato da renda em seu país ser baixa, por isso, sobretaxando o consumo com o fim de arrecadar mais dinheiro. O que é um total absurdo! Em vez de reduzirem os gastos da máquina pública, para que não tenha a necessidade de uma arrecadação tão alta, preferem roubar os mais pobres. Evidente: políticos socialistas vivem da campanha da miséria; se ela acaba, morre junto com ela o político populista e demagógico.

O Estado toma o seu dinheiro para gerar mais pobreza e lhe tirar a opção de escolha. A solução para este problema é teoricamente simples, porém, de difícil execução num país onde a nossa classe política vislumbra os próximos quatro anos ao invés de planejar as próximas quatro décadas. Precisamos urgentemente, diminuir o tamanho do Estado. Para que bancos estatais, como Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banrisul, Banco do Nordeste e Banpará? Para que serviço de entrega de correspondências estatal, como os Correios? Para que empresas estatais de fornecimento de água como a CEDAE no Rio de Janeiro e a SABESP em São Paulo? Para que empresas estatais de eletricidade como Eletrobras e CELG? O Estado é comprovadamente um gestor menos eficiente que a iniciativa privada. Portanto, manter serviços sob gestão do Estado é impedir que os pobres tenham acesso à mesma qualidade de serviços que tem a classe média e a classe mais abastada. O caro amigo que defende o uso do Estado para a promoção do bem estar aos pobres, é responsável direto ou indireto pela péssima qualidade e pela ideologização do ensino público e tem as mãos sujas de sangue inocente dos

que morrem todos os dias na fila do SUS. O caro amigo que defende uma solução à esquerda, inconscientemente ou não, não quer que o seu filho estude com o filho da empregada, ou não quer sentar-se ao lado do pedreiro na cadeira de um hospital. O Estado promove segregação social e você é quem sustenta tal ideia. O socialista quer manter os mais humildes longe de seus hospitais caros e escolas bilíngues, quer mantê-los amontoados na favela, pois considera que viver em condições sub-humanas é algo bom, algo revolucionário, pitoresco, pauta de capitalização em campanhas políticas e ótima pauta para programas de televisão que defendem bandeiras progressistas, como o “Esquenta”, da apresentadora Regina Casé, exibido na Rede Globo de Televisão. E por fim, tiram as vagas dos pobres nas universidades públicas, que na teoria deveriam ser para quem não pode pagar. O socialista este sim, não suporta pobres, muito menos o advento da mobilidade social.

Resposta a um leitor. Ou: Por que o capitalismo liberal é o melhor modelo

*João Luiz Mauad **

Recebi ontem a seguinte mensagem do leitor Alex, preocupado com as más influências sobre sua filha, atualmente cursando a faculdade:

“Eu tenho uma filha de 20 anos, ela esta fazendo química na UFESP, tenho procurado mostrar a ela os valores das ideias liberais, mas sinto que tenho perdido essa batalha, acho que ela tem sido bombardeada por ideias socialistas e acho que tem sido ou da faculdade ou de alguns de seus amigos. Não sei como neutralizar essa influência, ou garantir que ela consiga raciocinar com equilíbrio e sensatez. Vocês poderiam me ajudar?”

Em primeiro lugar, eu diria que esse “bombardeio” é normal, não só na faculdade, mas também nos bancos escolares, desde a mais tenra idade. Infelizmente, o ensino brasileiro está eivado de proselitismo ideológico.

O importante é que a família nunca perca o diálogo com esses jovens, e tente mostrar, sempre que possível, o outro lado da história. Por mais que às vezes seja difícil, isso deve ser feito sem confronto, de forma calma e paulatina. Não adianta achar que com apenas uma conversa você irá conseguir reverter anos de doutrinação. É preciso paciência e perseverança.

Durante a juventude somos quase todos grandes idealistas e achamos que o mundo pode ser mudado (e moldado) de acordo com a vontade dos bem intencionados. Este é o grande apelo das teorias revolucionárias com adolescentes e jovens em geral. Eles costumam acreditar com unhas e dentes em velhos clichês socialistas, como “um outro mundo é possível” ou “de cada um conforme as suas capacidades, para cada um conforme as suas necessidades”.

Tendo isso em vista, é importante tentar demonstrar que, se utopias baseadas no altruísmo nunca deram certo, é porque vão de encontro à natureza humana, calcada muito mais no interesse próprio do que no altruísmo, uma virtude que, embora desejável em qualquer sociedade, jamais pode ser imposta de cima para baixo.

Por outro lado, a grande beleza do capitalismo está no fato de que os indivíduos só são recompensados quando satisfazem as demandas dos outros, ainda que isso seja feito exclusivamente visando aos próprios interesses. Minha renda, portanto, está diretamente ligada à satisfação do meu semelhante. O capitalismo não pretende extinguir o egoísmo inerente à condição humana, mas nos obriga a pensar nas demandas do próximo, se quisermos ser bem sucedidos.

Para explicar esse poder misterioso que leva os homens, cada qual trabalhando exclusivamente em busca do próprio ganho, a promover o interesse de muitos, Adam Smith cunhou a famosa metáfora da “mão invisível”. Segundo ele, se cada consumidor puder escolher livremente o que comprar e cada produtor escolher o que e como produzir, esse “jogo de interesses” será capaz de maximizar a produção e distribuição de bens e serviços, em benefício de todos.

Outro argumento importantíssimo, que deve ser sempre levantado, é a História do ser humano através dos tempos, e como essa verdadeira odisseia foi radicalmente alterada com o advento do capitalismo.

Por milhares de anos, quase todo ser humano viveu em estado de absoluta pobreza. Durante a maior parte da existência humana, a vida foi assustadoramente carente e precária. Faltava tudo, desde o pão, até a saúde. A palavra conforto não fazia parte do vocabulário de 99,9% dos homens. A expectativa de vida, nos primórdios do Império Romano era de menos de 30 anos, e permaneceu assim até o final do século XVIII.

A renda média, durante milênios, foi menor que US\$ 900 por ano, a valores atuais. As pessoas mais ricas e poderosas do mundo viam suas crianças morrerem antes da idade adulta, não raro vítimas de infecções simples. Eles mesmos nem sempre podiam desfrutar de água fresca e limpa, ou de qualquer um dos milhares de produtos e serviços aos quais até os brasileiros mais pobres têm acesso hoje dia.

Como escrevi alhures, o lugar mais avançado do mundo no século XVIII era Londres. No entanto, o cotidiano da capital inglesa naquela época era terrível, principalmente quando comparado aos padrões atuais, a começar pelo meio ambiente. Segundo Liza Picard, as ruas de Londres eram nojentas. Por onde se andasse, havia uma mistura abundante e licorosa de esterco animal, gatos e cachorros mortos, cinzas, palha e excrementos humanos.

O fornecimento de água era contaminado com chumbo, matéria orgânica apodrecida e lixo variado. Imagine o grau de desconforto num lugar onde velas e sabonetes eram dois dos itens mais caros do orçamento familiar, a ponto de os chamados “fins de velas” serem produto altamente cobiçado no mercado negro.

A vida profissional começava bem cedo, e a limpeza de chaminés era um dos trabalhos para os quais as crianças eram escaladas com maior frequência, até mesmo quando a chaminé encontrava-se em chamas.

Muitos evitavam qualquer tipo de tratamento médico, pois o estado

da medicina era tal que a tentativa de cura era muitas vezes pior que a própria doença. Não seria exagero, portanto, dizer que até para a realeza a vida era “pobre, sórdida, brutal e curta”, para usar a famosa expressão do filósofo Thomas Hobbes.

A partir de meados do século XVIII, porém, teve início uma revolução extraordinária na história da humanidade. No curto espaço de 250 anos, a população mundial aumentou mais de sete vezes e, apesar desse enorme crescimento demográfico, a renda real per capita cresceu 16 vezes. No mesmo período, a expectativa de vida mais que dobrou.

O que explica essa verdadeira revolução? Sem dúvida, o nascimento e evolução do que posteriormente se convencionou chamar de “capitalismo”. Sim, a principal mudança econômica e social dos últimos 250 anos de História foi a introdução e o desenvolvimento das chamadas instituições capitalistas, particularmente a propriedade privada, os mercados livres e o império da lei.

Sim, foi graças ao capitalismo liberal – um sistema que nasceu e evoluiu espontaneamente, e não foi parido da mente fértil de algum iluminado – que a imensa maioria dos nossos contemporâneos goza hoje de um padrão de vida bem acima do que, há apenas poucas gerações, era impossível até aos mais abastados.

Se eu fosse o Alex, convidaria sua filha a pensar nas maravilhas tecnológicas criadas pelo engenho humano no último par de séculos. Pensar nos automóveis, locomotivas, navios e aviões que facilitaram os deslocamentos humanos, bem como de suas mercadorias. Pensar nos eletroeletrônicos que facilitam e entretêm bilhões de pessoas mundo afora: geladeiras, televisores, máquinas de lavar, microondas, condicionadores de ar, computadores, telefones celulares. Pensar nos equipamentos médico-hospitalares, que ajudam a tornar a medicina muito mais eficiente e prática, como tomógrafos, centrífugas, aparelhos de ultra-sonografia, de ressonância magnética, microscópios eletrônicos, micro-chips, marca-passos. Pensar na indústria farmacêutica, nos avanços e nas descobertas frequentes que ela faz. Pensar, por exemplo, que, há apenas vinte

e poucos anos, a maior parte dos doentes com úlcera gástrica terminava numa mesa de operações e que hoje essa é uma doença facilmente tratável com medicamentos. Pensar na agricultura e nos avanços de produtividade dessa área, que permitem alimentar um contingente humano que cresceu de forma geométrica nos últimos duzentos e poucos anos, contradizendo as previsões catastróficas de Malthus e muitos de seus seguidores.

Pois bem, esses avanços, e toda a fantástica geração de riquezas conseguida pelo homem, foram obtidos graças à divisão e especialização do trabalho e, acima de tudo, às instituições capitalistas. Sem isso, talvez 99% da população ainda precisasse trabalhar de sol a sol, morando sem qualquer conforto, sujeitos a condições extremas de insalubridade e impedidos de qualquer outra atividade na vida que não trabalhar, comer e dormir.

Sem a recompensa pessoal, seja ela fruto da remuneração do trabalho ou do capital (lucro), não há incentivo para que os indivíduos produzam, invistam, pesquisem, desenvolvam novas tecnologias, criem novos produtos. Analise a relação de ganhadores do Prêmio Nobel (inclusive os de química). Onde está (ou esteve) domiciliada a imensa maioria deles? Sem dúvida, em países onde há liberdade econômica e, consequentemente, a busca pela recompensa pessoal. Será que isso acontece por mero acaso?

Por outro lado, não se tem notícia de qualquer bem de consumo criado no seio das economias coletivistas (ditas altruístas) que tenha trazido algum benefício permanente para a humanidade. Com exceção das máquinas de guerra, das armas de destruição em massa, nada de relevante eles produziram. Para piorar as coisas, esses mesmos experimentos de planificação econômica, passados e atuais, em que os tiranos a tudo controlam, o processo de mercado é quase inexistente e o lucro individual proibido, redundaram sempre na escassez, no desabastecimento e na distribuição equitativa da pobreza.

O socialismo pode ser muito bonito no papel, mas na prática mostrou-

se um grande desastre. Talvez a maior prova disso seja o fato de que jamais se viu um só indivíduo tentando fugir de Miami para viver no paraíso cubano. No entanto, milhares arriscaram suas vidas nos últimos 60 anos tentando fazer o caminho contrário, fugindo da igualdade forçada, em busca de liberdade e de um padrão de vida melhor, ainda que arriscado. Novamente: será que isso aconteceu por acaso?

Por favor, parem de repetir que aumento de imposto é aumento na arrecadação

*Alexandre Borges**

Por favor, parem de repetir que aumento de impostos é igual a aumento de arrecadação. Simplesmente parem.

Tenho lido até comentaristas fora da esquerda repetindo essa estupidez de que uma elevação de uma alíquota de impostos em “x” leva a um aumento de “y” na arrecadação do governo, como se fosse assim que funcionasse no mundo real.

Imagine que você mora num país hipotético comandando por uma ex-sacoleira que faliu uma lojinha de produtos importados de R\$ 1,99. É como se estivessem dizendo “se tivesse aumentado os preços para R\$ 2,99 ela não teria falido”. Será mesmo? Se você tem um restaurante que vende refeição por R\$ 20,00 e está no prejuízo, a solução para dobrar o faturamento é aumentar para R\$ 40,00? Acreditem, é assim que estão fazendo a conta.

Vamos desenhar: quando os burocratas aumentam alíquotas tributárias, o país afugenta ou adia novos investimentos, incentiva a informalidade, diminui o consumo e a arrecadação pode até cair. Além disso, você aumenta o poder dos fiscais, o que também pode levar a mais corrupção. Baixar impostos não é favorecer os ricos, bestas! Menos impostos e um sistema tributário racional, simples e transparente favorece a sociedade inteira, até porque quem mais paga imposto, em qualquer lugar, não

são os milionários.

Outro argumento inacreditável, dito pelo próprio Ministro da Fazenda e PhD em economia pela Universidade de Chicago (Milton Friedman teria um enfarte se ouvisse isso), é que temos uma alíquota pequena para imposto de renda, com “apenas” 27,5% para a faixa mais alta. Que um bobo da corte como Jô Soares diga isso, vá lá, mas Levy?

O que o ministro não disse:

– A faixa mais alta de rendimentos mensais para cobrança dessa alíquota de 27,5% é R\$ 4.664,68, ou US\$ 1.200. Explique para um americano, por exemplo, que no Brasil quem ganha US\$ 1.200 por mês é considerado rico! Os EUA debatem hoje o salário mínimo de US\$ 15/hora e, considerando 40 horas de trabalho por semana, dá o dobro disso, ou algo como US\$ 2.400. O que se considera rico no Brasil recebe, numa conta aproximada, metade de um salário mínimo americano.

– A carga tributária no Brasil vai muito, mas muito além do Imposto de Renda, e é por isso que a conta que interessa é o impacto dela no PIB. A carga tributária brasileira é de 35,9% do PIB e a média dos países da OCDE é de 34,1%. A do Chile é de 20%, por exemplo. A da Suécia é de 44% mas já foi de 60% e está caindo. Quem ele pensa que engana?

– Pelo quinto ano consecutivo, o Brasil é o pior país do mundo em retorno dos impostos. E a solução é mais impostos?

O Brasil está cada vez mais parecido com a Grécia: quanto mais afunda, mais busca soluções à esquerda. Não há uma única chance de dar certo, mas o país continua caminhando por esse beco sem saída e dobrando a aposta.

Estamos indo para o buraco, não se enganem.

Boa notícia: pobreza extrema no mundo já é inferior a 10% da população. Ou: Viva o Capitalismo!

*João Luiz Mauad**

“Esta é a melhor notícia de hoje no mundo – estas projeções mostram que somos a primeira geração na história humana que pode acabar com a pobreza extrema” – Jim Yong Kim, presidente do Banco Mundial.

No início de 2015, como faz quase todo ano, a ONG britânica Oxfam publicou, com cobertura midiática global, mais um de seus relatórios sobre a desigualdade de riqueza no mundo, onde conclui que as 80 pessoas mais ricas do planeta têm hoje tanta riqueza acumulada quanto a soma dos 50% mais pobres da humanidade.

Baseados nos resultados apresentados pelo famigerado documento, vários especialistas propõem uma intervenção firme dos governos a fim de melhorar a distribuição da riqueza e da renda, principalmente taxando pesadamente os rendimentos e o patrimônio dos ricos.

Aos olhos destreinados e pouco habituados às leis econômicas, muitas vezes contra-intuitivas, esse tipo de solução pode parecer até oportuno. Porém, antes de consumir, mais uma vez, essa panaceia estatizante e intervencionista, penso que deveríamos explorar com cuidado alguns fatos a respeito do tema.

Desde a publicação, em 1755, da célebre obra de Jean-Jacques Rousseau, Discurso sobre as origens da desigualdade, os ideólogos da esquerda têm dado exagerada ênfase aos aspectos negativos da disparidade de riqueza e rendimentos gerada pelo processo de acumulação capitalista, como se ela fosse responsável pelas misérias do mundo, o que, absolutamente, não é verdadeiro.

Primeiro, é preciso distinguir os conceitos de pobreza e desigualdade, não raro utilizados como sinônimos, bem como examinar as quase sempre inconsistentes relações de causa e efeito entre eles. Se, num país como os EUA, onde as desigualdades são notórias, os padrões de pobre-

za estão longe dos extremos verificados no terceiro mundo, na Coréia do Norte e em Cuba a diferença de rendimentos é insignificante, o que não impede que a miséria por lá tenha contornos medievais.

Em economias verdadeiramente capitalistas, onde o governo não interfere escolhendo vencedores e perdedores, a existência de milionários e, conseqüentemente, de desigualdade, longe de ser algo a lamentar, é altamente bem vinda. Em condições de livre mercado, a riqueza pressupõe acúmulo de capital e investimentos em empreendimentos rentáveis, onde os escassos recursos disponíveis são utilizados de forma eficiente na produção de coisas necessárias e desejáveis. Num sistema desse tipo, os ricos criam um monte de valor para um monte de gente, além, é claro, de um monte de empregos.

Embora sem o mesmo estardalhaço dos estudos da Oxfam, o Banco Mundial divulgou esta semana um relatório demonstrando que o número de pessoas que vivem em condições de extrema pobreza no mundo diminuirá, no final de 2015, para 702 milhões, em comparação com os 902 milhões de 2012. Isso significa que a miséria no mundo terá caído, pela primeira vez na história da humanidade, para 10 % da população.

Segundo o relatório, somente nos últimos três anos 200 milhões de pessoas, principalmente na China, na Índia e no Sul da Ásia – países que nas últimas décadas, embora em diferentes momentos, largaram o socialismo e abraçaram o modelo capitalista – saíram da extrema pobreza, fazendo com que o percentual total em relação à população mundial tenha passado de 12,8%, em 2012, para 9,6 %, no final deste ano. É importante destacar que esta queda se deu ao mesmo tempo em que o Banco Mundial aumentou de U\$1,25 para U\$1,90 ao dia a linha da pobreza extrema.

Já a miséria, que infelizmente ainda subsiste nos países mais pobres, principalmente na África, não é resultado da ganância capitalista, da globalização ou do neoliberalismo, como gostam de berrar os próceres da Oxfam e congêneres, mas da incompetência e da corrupção de mandatários e dirigentes daquelas nações, do desperdício da ajuda in-

ternacional que recebem em profusão e da persistência nos modelos econômicos injustos e ineficazes.

A razão do colapso das economias africanas está seguramente muito mais no estatismo que no mercado, muito mais no socialismo que no capitalismo. Não é de estranhar que os piores casos ocorram justamente naqueles países onde, após as respectivas independências, se adotaram os sistemas soviético, cubano ou chinês e sua receita infalível para a ruína econômica. Quem duvida, basta comparar as histórias dos vizinhos Zimbábue e Botswana, que escolheram caminhos diferentes e colheram frutos diametralmente opostos em termos de prosperidade e bem estar.

Resumindo, nunca é demais repetir: os falsos amigos dos pobres não querem saciar sua fome e melhorar sua vida. Pretendem, única e exclusivamente, imputar ao capitalismo uma miséria que é filha do socialismo, do populismo, do assistencialismo e do totalitarismo. Não caiam nessa lorota.

Como a escola austríaca protege a sociedade da ganância?

*Bernardo Santoro**

Recebi, através de um comentário em um rede social, uma pergunta de um rapaz interessado em entender melhor a escola austríaca de economia. Segundo ele, que se entende como sendo de esquerda, existe muita ganância entre os homens, e gostaria de saber, dentro de uma abordagem sincera e amiga, como o livre-mercado protegeria a sociedade da ganância, das práticas anti-concorrenciais, da formação de cartéis e do monopólio, afinal, citando-o, “pessoas gananciosas não se contentariam jamais em ter uma fatia limitada do mercado, e fariam de tudo para dominá-lo”.

Minha resposta para essa pergunta seria: usando a ganância individual em favor da coletividade social. Essa resposta, obviamente, merece

maiores esclarecimentos.

A primeira coisa a se falar nessa análise é que a escola austríaca não faz uma análise ética da ganância, ao contrário, por exemplo, da filosofia objetivista de Ayn Rand. Para Rand, o egoísmo é uma ética normativa válida, ou seja, para o o objetivismo o egoísmo é um ideal, um dever-ser. Ou, citando Gordon Gekko no filme “Wall Street”, o egoísmo é bom.

Para a escola austríaca, o auto-interesse é um fato concreto inescapável. Segundo a escola austríaca, pessoas agem sempre em busca do auto-interesse, ainda que o auto-interesse seja ajudar ao próximo. No dizer de Mises, pessoas sempre agem buscando sair de um estado de menor satisfação para um estado de maior satisfação, mesmo que essa satisfação seja ajudar ao próximo (egoísmo altruísta). O auto-interesse não é ideal, mas é real. Não é um “dever-ser”, é um “ser”. Não é deontológico, mas ontológico.

Dentro dessa visão de auto-interesse, o livre-mercado age justamente usando essa característica do ser humano na promoção do bem-estar da coletividade. Para alguém enriquecer em um mercado desobstruído, ele precisa basicamente de duas coisas: produzir o melhor produto ou o produto mais barato. Na melhor das hipóteses, uma conjugação de ambas as coisas.

Assim, buscando o seu auto-interesse, o agente econômico acaba por satisfazer uma gama de consumidores. O reflexo do prêmio do auto-interesse pela satisfação coletiva chama-se lucro. Ou, como diria Adam Smith no “Riqueza das Nações”: “Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro e do padeiro que esperamos o nosso jantar, mas da consideração que ele têm pelos próprios interesses. Apelamos não à humanidade, mas ao amor-próprio, e nunca falamos de nossas necessidades, mas das vantagens que eles podem obter”.

Sobre as práticas anti-concorrenciais, precisamos aprofundar um pouco a questão. A escola austríaca não entende o mercado como um fato es-

tático, mas como um processo social dinâmico, ou seja, a relação entre a oferta e a demanda é sempre fluida, e em cada momento temos mais ofertantes e demandantes entrando nesse mercado e criando novos mercados.

A guisa de exemplo, em momento inicial um mercado sempre será de um único ofertante, que é exatamente aquele que cria ou descobre um novo produto. Quando um novo produto, digamos celular, foi criado e entrou no mercado, apenas o criador do celular estava no mercado, e esse “monopólio” acabou quebrado posteriormente porque as instituições de livre-mercado permitiam essa livre entrada e saída de ofertantes.

Nessa mesma linha, digamos que um mercado só tem um agente ofertante porque esse agente realmente oferece o melhor serviço pelo preço mais barato. Isso faz desse “monopólio” uma concentração ruim? Certamente que não, pois ele está maximizando a eficiência na prestação do bem ou serviço em questão.

Por isso a escola austríaca traz uma diferente conceituação para as palavras em comento, não se preocupando se um mercado em questão tem ou não apenas um agente do lado da oferta ou demanda, mas sim se as instituições permitem que novos agentes entrem para competir, caso o atual concentrador de mercado deixe de entregar bons produtos com bons preços.

O que gera péssimos efeitos e distorções na distribuição de bens e serviços é justamente o fato do Estado ter o poder de permitir ou não a entrada de agentes concorrenciais. É o Estado que gera o monopólio abusivo ao criar regras e regulamentos criadores dos chamados “custos de transação”, que são os custos gerados pela burocracia para alguém entrar no mercado. Quando, para se entrar em um mercado, é preciso gastar muito com autorizações estatais e cumprimentos de muitas regras esparsas e confusas, somente aqueles agentes que possuem recursos podem superar essas dificultadas. Agências reguladoras como o CADE são os melhores amigos dos concentradores de mercado, e o CADE acaba fazendo exatamente aquilo que se propunha combater: a criação

de monopólios.

E o próprio Estado é um agente monopolista por natureza. O Estado possui, dentre outros, os monopólios da violência legítima e da produção de moeda, além de outros que vão variar de país a país. Combater monopólios através de um monopólio não é uma ideia inteligente. O Estado é o único monopólio inquebrável, e aparentemente ninguém reclama muito disso.

Essa concentração de poder monopolista do Estado, inclusive, gera um outro problema grave. Enquanto que, no mercado, para um agente auto-interessado consiga lucrar ele terá de servir à população, no Estado, para que esse mesmo agente, que é também auto-interessado, consiga lucrar, ele normalmente irá explorar as pessoas através do poder de seu cargo público, se locupletando através de negociatas, e não da prestação de seus serviços, já que o Estado funciona com pagamentos fixos e não com variações de acordo com a eficiência do agente públicos.

Essa preocupação com o agente auto-interessa detentor da máquina pública gerou, inclusive, uma outra escola de pensamento econômico, de cunho liberal: a escola da escolha pública.

Em suma, se o nosso objetivo é diminuir os efeitos deletérios de agentes auto-interessados, a melhor coisa a se fazer é usar o sistema de mercado e reduzir o poder do Estado, de forma que o agente só lucre se servir ao próximo, ao invés de ser servido.

E para mais detalhes sobre essa visão, recomendo fortemente o novo livro do meu amigo André Ramos, “Os Fundamentos contra o Antitruste”.

A AUTORES

Bernardo Santoro Mestre em Teoria e Filosofia do Direito (UERJ), Mestrando em Economia (Universidad Francisco Marroquín) e Pós-Graduado em Economia (UERJ). Professor de Economia Política das Faculdades de Direito da UERJ e da UFRJ. Advogado e Diretor-Executivo do Instituto Liberal.

Rodrigo Constantino Economista pela PUC com MBA de Finanças pelo IBMEC, trabalhou por vários anos no mercado financeiro. É autor de vários livros, entre eles o best-seller “Esquerda Caviar” e a coletânea “Contra a maré vermelha”. Colaborador do jornal O GLOBO. Preside o Conselho Deliberativo do Instituto Liberal.

João César de Melo Arquiteto, artista plástico e escritor. Escreveu o livro “Natureza Capital”.

Lucas Berlanza Jornalista, graduado em Comunicação Social/Jornalismo pela UFRJ, colunista e assessor de imprensa do Instituto Liberal.

João Luiz Mauad Administrador de empresas formado pela FGV-RJ, profissional liberal (consultor de empresas) e diretor do Instituto Liberal. Escreve para vários periódicos como os jornais O Globo, Zero Hora e Gazeta do Povo.

Alexandre Borges Comentarista político e publicitário. Diretor do Instituto Liberal, articulista do jornal Gazeta do Povo e dos portais Reaçõnaria.org e Mídia Sem Máscara. É autor contratado da Editora Record.

Jefferson Viana Estudante de História da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, coordenador local da rede Estudantes Pela Liberdade, presidente da juventude do Partido Social Cristão na cidade de Niterói-RJ e membro-fundador do Movimento Universidade Livre.

Mario Guerreiro Doutor em Filosofia pela UFRJ. Professor do Depto. de Filosofia da UFRJ. Membro Fundador da Sociedade Brasileira de Análise Filosófica. Membro Fundador da Sociedade de Economia Personalista. Membro do Instituto Liberal do Rio de Janeiro e da Sociedade de Estudos Filosóficos e Interdisciplinares da UniverCidade.

Ivo Paulo S. Lima Jr. Estudante na universidade de Chicago.

Thiago Kistenmacher Vieira Coordenador local do Estudantes pela Liberdade de São Lourenço (MG), gestor do Grupo de Estudos Ludwig von Mises, graduando em História na Universidade Regional de Blumenau e membro do Centro de Pesquisa em História da América (CEPHA) da Fundação Universidade Regional de Blumenau.



INSTITUTO LIBERAL

Ramo de Atividade: Organização sem fins lucrativos (think tank)

Endereço: Rua Álvaro Alvim 37, 518 – Rio de Janeiro/RJ

Diretor: Bernardo Santoro

Presidente do Conselho Deliberativo: Rodrigo Constantino

Coordenador Administrativo: Fernando Fernandes

Assessoria de Imprensa: Lucas Berlanza

Economista e Consultora: Cibele Bastos

Agência Responsável: Croove Design

Designer responsável: Diego Reis